



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

THAIS DE ALMEIDA BATISTA CORREIA

**TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E USO ECONÔMICO DA
NATUREZA: as faces da política militar na Amazônia brasileira (1970)**

Recife
2022

THAIS DE ALMEIDA BATISTA CORREIA

**TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E USO ECONÔMICO DA
NATUREZA: as faces da política militar na Amazônia brasileira (1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de história da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Licenciatura em História da UFPE

Orientadora: Prof. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto

**Recife
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Correia, Thais de Almeida Batista.

Trabalho escravo contemporâneo e uso econômico da natureza: as faces da política militar na Amazônia brasileira (1970) / Thais de Almeida Batista Correia. - Recife, 2022.

59 p.

Orientador(a): Regina Beatriz Guimarães Neto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2022.

Inclui referências.

1. Trabalho escravo contemporâneo. 2. Amazônia. 3. Brasil República. 4. História do Brasil. 5. Ditadura Civil-Militar brasileira. 6. Mundos do trabalho. I. Guimarães Neto, Regina Beatriz. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

THAIS DE ALMEIDA BATISTA CORREIA

**TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E USO ECONÔMICO DA
NATUREZA: as faces da política militar na Amazônia brasileira (1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de história da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Licenciatura em História da UFPE

Aprovado em: 19/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcio Ananias Ferreira Vilela (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedicatória

Dedico este trabalho à Rejane, Letícia e Dário, minha família, sem a qual nada desse trabalho, ou da graduação que ele encerra, seria possível ou sequer faria qualquer sentido.

À Rejane Almeida, dona do coração mais paciente e amoroso do mundo, eu dedico especialmente. Em meio à rotina longa de trabalho, e a todas as questões que apenas se impõem a nós, mulheres, minha mãe construiu em mim o gosto pela leitura e pelos estudos, que me levaram à universidade pública.

Entre as minhas melhores lembranças da infância, estão as brincadeiras de escolinha, quando mamãe ensinava noções muito básicas de física e matemática e eu e Leta conseguíamos compreender. Alguns anos mais tarde, não eram mais brincadeiras, mas as aulas na mesa do nosso primeiro apartamento no bairro do cordeiro, onde de novo ela – mais cansada pelos anos adicionais de trabalho – foi a melhor professora que já tive.

Todas as habilidades que me permitiram passar pelo curso de História se devem menos aos meus esforços individuais - embora seja eu quem tenha recebido os elogios, as notas e prêmios - e muito mais ao trabalho da minha mãe. Ao trabalho reprodutivo, mais especificamente, trabalho não pago, invisibilizado pela sociedade, mas que ficará registrado aqui nesse trabalho.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Rejane, a quem eu dediquei em especial este trabalho,

À Leta, minha irmã, dona de uma sagacidade e senso de humor únicos, pela companhia diária.

À Dário, pela companhia na vida e nos estudos, pelos confrontos teóricos que às vezes nos desgastaram, mas que também me tornaram uma historiadora melhor e mais desconfiada da realidade. Pela segurança e conforto em meio à toda insegurança de um mundo cada vez mais neoliberal e vazio. Por criar junto comigo sentido na vida, que desconfiamos cada vez mais não ter sentido nenhum. E principalmente, por simplesmente ser você, exatamente como você é.

À Italo e Giu, pela amizade e pelos momentos leves e divertidos às 16:20h. Pelo apoio e humor de Giu; e pela gentileza, conversas que nos conectaram e conselhos nos momentos difíceis de Italo.

À David, uma das maiores amizades que fiz na UFPE. Obrigada pelo apoio e ajuda sempre, pela gentileza tão característica da sua personalidade e pela boa companhia e conversas.

À Anna Júlia e Cecília Rangel, minhas primeiras amigas da graduação. Nossos bons momentos na UFPE estão guardados com carinho no meu coração.

À Larissa Penalva e Carol Rezende, minhas amigas e companheiras, pelo apoio incondicional sempre, pela amizade sincera de anos e pelos bons momentos que colecionamos.

Aos professores Rômulo Xavier, Marcus Carvalho e Marília Azambuja, que me fizeram entrar em viagens pelos fios e rastros do pensamento histórico durante as aulas, aulas essas que tantas vezes me deram a sensação de sair da concretude da vida presente e sensível, para entrar na abstração que é criar esquemas de interpretação de mundos que já não existem mais na materialidade. Por saberem ensinar como olhar para realidade e apreendê-la com os conceitos e ferramentas da história. Por mostrar que história é relação de poder, mas também é a circunstancialidade da vida, a subjetividade dos agentes históricos e dos historiadores, que é movimento, criação e invenção, ainda que limitadas pelo conjunto de regras da ciência histórica. A sensação de viajar por tudo isso sempre me fez pensar que aprender história é uma experiência que tem um traço de psicodelia, porque me faz experienciar a própria consciência, “entrar” dentro dela. Os três são mestres que me proporcionaram essas experiências. Além de serem pessoas da minha mais profunda admiração. Foram também mais que mestres; foram

compreensivos e gentis nos momentos mais difíceis da minha graduação. Especialmente, eu agradeço a Marcus.

À Regina Beatriz, minha orientadora e professora, que me acolheu com muito apoio e carinho em seu grupo de orientados logo no início da minha graduação. Na época, eu sabia que sabia pouca coisa, mas não tinha dimensão do quanto. Regina me abriu o caminho de um tema que me instiga, me ensinou a pensar o mundo e a história de uma nova maneira. Meus estudos fizeram parte da formação da minha personalidade, da maneira como eu vejo e entendo o mundo e o tempo ao qual pertenço. Basicamente Regina me proporcionou conhecimentos que ajudaram a formar minha subjetividade. Isso faz dela uma pessoa e mestra com importância única na minha vida. O agradecimento a ela é especial.

O Trabalho no roço da juquira é pesado demais. Só vou para ele quando não tem mais jeito. (...) O pessoal fala que o trabalho é escravo; se é escravo, não sei, mas deve ser, porque é ruim demais.

Antônio José dos Santos, trabalhador resgatado pela fiscalização (apud CASTRO GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 85)

O que permanece de períodos anteriores é sempre metamorfoseado em algo que simultaneamente o denuncia e dissimula e, por isso, permanece sempre como algo diferente do que foi sem deixar de ser o mesmo.

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o fenômeno contemporâneo do “trabalho análogo ao de escravo”, ou “trabalho escravo contemporâneo”, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Os governos militares instauraram uma nova política modernizadora que mobilizou diversos dispositivos jurídicos e reformulações institucionais objetivando uma maior inserção do Brasil na economia capitalista globalizada. Essa política incluiu a implementação de planos governamentais visando à ocupação da Amazônia, apresentada discursivamente, através de meios institucionais e da imprensa, como uma “terra vazia” e “atrasada”, cujos recursos naturais não estavam sendo aproveitados em prol do desenvolvimento da nação.

Os ideais de integração nacional e da segurança interna nortearam o modelo de desenvolvimento econômico colocado em prática pelos governos militares, em parceria com setores da economia privada. Sobretudo entre 1969-1974, a aplicação de políticas de ocupação e uso da terra na Amazônia foram sustentadas por uma racionalidade tecnocrata que impôs uma organização das relações de trabalho pautada na exploração, de modo que não é uma coincidência o aumento dos casos de trabalho escravo contemporâneo nesse período. A relação entre as políticas de ocupação da Amazônia e a ampliação dos casos de trabalho escravo contemporâneo, portanto, figura como elemento central no trabalho desenvolvido.

Palavras-chave: Amazônia, Ditadura Militar, Trabalho Escravo Contemporâneo.

ABSTRACT

This study focuses on the phenomenon of contemporary "labor analogous to slavery," or "contemporary slave labor," during the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The military governments implemented a modernizing policy that mobilized various legal mechanisms and institutional reforms aimed at greater integration of Brazil into the globalized capitalist economy. This policy included the execution of governmental plans for the occupation of the Amazon, discursively presented through institutional channels and the press as an "empty" and "backward" land, whose natural resources were underutilized for the nation's development.

The ideals of national integration and internal security guided the economic development model implemented by the military governments in partnership with private economic sectors. Particularly between 1969 and 1974, the application of land occupation and use policies in the Amazon was underpinned by a technocratic rationality that imposed a labor relations framework based on exploitation, making it no coincidence that cases of contemporary slave labor increased during this period. Therefore, the relationship between Amazon occupation policies and the rise in cases of contemporary slave labor is a central element of this study.

Keywords: Amazon, Military Dictatorship, Contemporary Slave Labor.

Sumário

Introdução.....	10
O Estado de exceção e a (re)ocupação da Amazônia brasileira.....	15
<i>“Acabar com a política no Exército, para fazer a política do Exército”</i>	26
Derrotar a floresta para civilizar a Amazônia: os militares e a natureza.....	34
Na fronteira da humanidade: a escravidão metamorfoseada sob o capitalismo agrário...43	
Considerações Finais.....	53
Referências bibliográficas.....	57

Introdução

No dia 01 de setembro de 2022, foi publicado no jornal O Globo a seguinte matéria:

“MÊS INCENDIÁRIO

Usando satélite da Nasa, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou 33.116 pontos de fogo na Amazônia em agosto, o maior número para o mês em 12 anos. A maior parte dos focos de calor detectados está em torno de quatro grandes eixos — todas as áreas são também focos de desmatamento recente.”¹

O aprofundamento da exploração de recursos da Amazônia nos últimos anos, com a ampliação da atuação do agronegócio na região e a retomada dos grandes empreendimentos públicos e privados (tais como hidrelétricas, rodovias, portos, entre outros) colocam esse território no centro do debate ecológico e, no caso do Brasil, do debate político. Avança, com isso, a tendência estrutural – já apontada há anos por especialistas – à crise ecológica preexistente e, de forma correlata, tem se ampliado uma tendência à precarização do mundo do trabalho, já observada nos governos militares da ditadura militar brasileira.

No contexto atual, em meio ao governo de 2019-2022, o mais militarizado desde a redemocratização², observa-se o retorno da concepção tecnocrata e predatória de exploração das terras amazônicas e do trabalho humano para o interior das instituições governamentais. Essa exploração predatória de recursos naturais e humanos foi predominante nos governos militares entre 1964 e 1985. Com isso, o tema do militarismo, particularmente no que tange seu perfil institucional e ideológico, volta a ter destaque nas produções acadêmicas e não acadêmicas. A tentativa de compreender os aspectos da relação Militares/Sociedade Civil e suas repercussões na democracia brasileira está de volta à ordem do dia. Sobretudo diante dos acontecimentos do país durante as eleições presidenciais de 2022, o papel político dos militares, mais uma vez, está no centro do processo eleitoral.

¹ “Amazônia tem agosto mais incendiário em 12 anos”. O Globo, São Paulo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/09/amazonia-tem-mes-mais-incendiario-desde-inicio-do-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acessado em 01/09/2022.

² Militares estão no comando de sete ministérios - entre os quais, Infraestrutura e Minas e Energia, alguns dos responsáveis por formular projetos para a Amazônia – e de órgãos voltados para a proteção da floresta. Policiais militares também têm ocupado cargos importantes nos órgãos ambientais, entre os quais duas das cinco diretorias do Ibama. No Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - a presidência e as quatro diretorias são sob o comando de policiais militares.

A relação entre os militares e a sociedade civil também desempenha papel de destaque na atual crise ambiental, sobretudo no contexto atual do neoliberalismo³, no qual o Brasil ocupa uma posição específica. Elementos precursores do neoliberalismo manifestaram-se nas políticas agrárias para a integração da Amazônia, como o Plano de Integração Nacional (PIN), que incentivou a ocupação da região por meio de benefícios fiscais a grandes empresas e latifundiários, priorizando a lógica de mercado em detrimento de populações tradicionais. No tempo presente, a questão ecológica é central para a economia capitalista, uma vez que o cenário de mudanças climáticas e esgotamento de recursos naturais acelera uma crise ambiental sem precedentes, que coloca em risco a manutenção dos recursos não humanos essenciais ao capitalismo e à própria vida humana.

Diante desse cenário, a Amazônia brasileira é uma área de interesse fundamental, pela quantidade de recursos que abriga e pelo impacto do seu ecossistema nas dinâmicas da natureza, não apenas brasileira, mas de parte significativa do mundo.

Assim, a Amazônia é o grande tema do tempo atual.

Não se entende, portanto, as dinâmicas históricas do tempo atual sem a inclusão do tema da Amazônia na análise do capitalismo em seu desenvolvimento político e econômico no Brasil.

Diante dessas questões, é um dos pressupostos deste trabalho que os problemas que se impõem nos dias atuais, em território amazônico, têm relações com a política ambiental implementada pelo Estado brasileiro, durante os governos ditatoriais, a partir de 1964. Trata-se, por conseguinte, de um trabalho que parte de questões fundamentais do tempo presente para voltar seu olhar para o passado. A exploração econômica da Amazônia, articulada a uma política baseada no gerenciamento do direito de matar, permeia as estruturas políticas brasileiras⁴.

Nesse sentido, destaca-se a inclusão do tema do meio ambiente como forma de ampliar a compreensão acerca da historicidade das relações entre os indivíduos e o meio natural não

³ O neoliberalismo caracteriza-se pela promoção do livre mercado e pela redução de barreiras ao capital privado, moldando políticas econômicas globais a partir dos anos 1970. HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 7-12.

Já nos primeiros anos do período militar, elementos do neoliberalismo manifestaram-se nas políticas do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que priorizaram a estabilização econômica e a abertura ao capital estrangeiro. O PAEG, implementado sob o governo Castelo Branco, refletiu a influência de tecnocratas como Roberto Campos, que defendiam reformas econômicas liberais, apesar do forte controle estatal característico do regime. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964–1985)*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 143-148.

⁴ Ver: SAFATLE, Vladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal”. In: TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

humano, incorporando a questão do agir humano sobre a natureza como objeto de reflexão histórica não dissociada dos elementos econômicos, ideológicos e políticos do período.

Tem sido objeto de reflexão - ao longo dos trabalhos desenvolvidos por mim no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), durante a graduação - a naturalização da exploração predatória do meio ambiente amazônico, que frequentemente aparece associada à naturalização de formas precarizadas de trabalho. Entende-se como pertinente, com efeito, evidenciar que as formas de ocupação da natureza amazônica, pautadas pela razão instrumental e pela lógica de acumulação, se efetivaram a partir do uso sistemático de relações profundamente violentas de trabalho.

Considerando esse contexto, o objeto de análise desenvolvido nesta pesquisa é o fenômeno do mundo do trabalho designado juridicamente como “trabalho análogo ao de escravo”, ou “trabalho escravo contemporâneo”, na região da Amazônia⁵; e a sua relação com as políticas denominadas de modernização agrária, implementadas pelos governos militares durante o período da ditadura civil-militar⁶ brasileira. Nesse período, observa-se um aumento substancial da prática de trabalho escravo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1970, nas áreas de execução das políticas governamentais de integração regional⁷.

Nessas áreas, estratégicas do ponto de vista do objetivo dos militares de “integrar” economicamente a região Norte ao resto do país, a inserção do capital financeiro se deu sobretudo por meio de empreendimentos agropecuários, minerais e madeireiros. A integração das áreas de colonização na Amazônia às dinâmicas do capital financeiro se deu através das bases do pensamento autoritário brasileiro e das estratégias de dominação militar. Assim, é central para o problema então desenvolvido, a identificação das relações entre as políticas de modernização agrária desenvolvidas sob a égide dos governos militares (1964-1985), e as novas formas de precarização do trabalho, que funcionaram como mecanismos de crescimento da produtividade e dos lucros dos novos empreendimentos agropecuários, minerais, madeireiros, entre outros.

Uma primeira questão que se impõe é, portanto, refletir sobre as razões pelas quais o trabalho

escr

⁵ Considera-se a área da Amazônia Legal, que corresponde à área total de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e à parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), delimitação instituída pela Lei 1.806 de 06/01/1953. A área considerada para fins de planejamento e intervenção estatal é a designada pelo dispositivo normativo.

⁶ A ditadura militar brasileira contou com apoio de setores civis, especialmente o setor empresarial.

⁷ Ver: CASTRO GOMES, Angela Maria. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

avo contemporâneo cresce no período do aprofundamento da “modernização agrária”, como ficou conhecida, promovida pelos militares, ou seja, como ambos os processos se relacionaram e impactaram um ao outro.

Para nortear a produção deste texto de TCC, o corpo documental selecionado incluiu denúncias e relatos de trabalhadores e funcionários dos empreendimentos agrícolas publicados na imprensa, com maior atenção às publicações do *Jornal do Brasil*⁸. As publicações verificadas noticiaram ações governamentais nas áreas da Amazônia destinadas à ocupação agropecuária⁹; e discursos de figuras-chave dos governos, de maneira que foi possível relacionar essas publicações com a produção de discursos sociais, destacando-os como forma de legitimação das políticas governamentais colocadas em prática na Amazônia; além de importantes expressões da ideologia militar que permeou as políticas agrárias executadas. As publicações oficiais dos governos, da imprensa local e de discursos públicos de membros importantes do governo, permitem problematizar as práticas discursivas, reveladoras dos interesses dominantes. Esses interesses se materializavam por meio das políticas de incentivos fiscais e crédito rural do Banco da Amazônia, que impulsionaram fazendas de gado e culturas agrícolas¹⁰. Tais iniciativas, porém, frequentemente resultaram em desmatamento, conflitos fundiários e exploração de trabalhadores¹¹.

A partir da análise dos discursos contidos nesta documentação, será possível desnaturalizar o que era apresentado como “naturalmente determinado”, e que serviu para justificar a exploração predatória da natureza, o uso tecnocrata da terra e a superexploração de trabalhadores socialmente vulneráveis.

⁸ O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 no Rio de Janeiro, foi um dos principais periódicos brasileiros durante o século XX, com ampla circulação e influência no debate público. Durante o período da ditadura militar (1964-1985), o jornal noticiou intensamente as políticas de colonização da Amazônia e as ações governamentais relacionadas à modernização agrária, refletindo tanto os discursos oficiais quanto as tensões sociais emergentes, como denúncias de trabalho escravo contemporâneo. Suas reportagens e editoriais oferecem um panorama valioso das narrativas que legitimaram as políticas agrárias e colonizadoras, além de registrarem vozes de trabalhadores e críticas às práticas governamentais. Para uma análise mais aprofundada do papel da imprensa nesse período, ver: KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da censura: os bastidores da imprensa durante a ditadura*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

⁹ Durante a década de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, promoveu a ocupação econômica da região, com destaque para empreendimentos agropecuários em áreas como o sul do Pará (e.g., Marabá, Altamira), norte do Mato Grosso (e.g., Sinop) e Rondônia (e.g., Ji-Paraná), apoiados por rodovias como a Transamazônica (BR-230). Os Censos Agropecuários de 1970 e 1975 mostram o avanço da pecuária, com o rebanho bovino no Pará crescendo de 1,7 milhão para 3,2 milhões de cabeças. Cerca de 14 milhões de hectares foram desmatados, em grande parte para pastagens. Ver: Plano de Integração Nacional (PIN), 1970; IBGE, Censos Agropecuários, 1970 e 1975; INPE, Levantamento de Desmatamento, 1979.

¹⁰ Ver: MAHAR, Dennis J.; DILLINGER, William (orgs.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/IBRD, 1989; IPEA, Relatórios de Desenvolvimento, 1970-1979.

¹¹ IANNI, Octavio. *A ditadura e a questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Frente aos diversos caminhos explicativos possíveis para essas mudanças, esse trabalho parte do argumento de que o novo papel político que as forças militares desempenhavam a partir de meados da década de 1960 e década de 1970 é um aspecto central para a compreensão das novas formas de exploração do trabalho que irão se consolidar no período considerado. Essa escolha se justifica porque, embora o “trabalho escravo” nas suas formas contemporâneas seja um fenômeno que começou a ser mais frequentemente registrado nas décadas de 1970 e 1990 em escala mundial (no Brasil, apenas foi reconhecido pelo Estado brasileiro em meados da década de 1990¹²), trata-se de um tipo de superexploração que assume diversas especificidades nas regiões onde é observada, particularmente na região amazônica¹³.

Assim, a forma como o trabalho escravo contemporâneo se estabeleceu nesse contexto, e ainda se apresenta no tempo presente, variou entre as regiões do planeta, dependendo da posição dos países no capitalismo globalizado e de processos históricos característicos; e mesmo entre as regiões de um mesmo país, esse fenômeno assumiu formas variadas, diretamente determinadas pelas atividades econômicas locais, pelos grupos sociais locais e pelas práticas culturais desses grupos, entre outros fatores.

No Brasil, as dinâmicas do trabalho escravo contemporâneo nas áreas de colonização amazônica, ao longo do período considerado, se modificaram a partir da criação de variadas formas de controle e estratégias de desmobilização dos trabalhadores. Também as formas de exploração do trabalho e da terra assumem novas formas, que serão exploradas neste trabalho. Esses são, portanto, aspectos que - no entendimento que se pretende fundamentar - não podem ser compreendidos sem levar em consideração a atuação dos militares na condução da política nacional. Mas essa atuação demanda, para a formulação da problemática levantada, a

¹² No Brasil, o reconhecimento oficial do trabalho escravo contemporâneo em meados da década de 1990 foi resultado de pressões internas e externas que convergiram para expor e combater essa prática. Internamente, movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desempenharam papel crucial, documentando denúncias de trabalhadores rurais em condições análogas à escravidão, especialmente em áreas de colonização amazônica, e pressionando por ações governamentais. Sindicatos e organizações de direitos humanos também amplificaram essas demandas, destacando violações em fazendas agropecuárias. Externamente, a pressão veio de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, por meio de relatórios e convenções (como a Convenção nº 29 sobre Trabalho Forçado, ratificada pelo Brasil em 1957), cobrava medidas efetivas. A visibilidade global do problema aumentou com críticas de ONGs internacionais e parceiros comerciais, especialmente nos anos 1990, em meio à globalização e à crescente atenção a direitos humanos. Como resultado, o governo brasileiro, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel em 1995, vinculado ao Ministério do Trabalho, para inspecionar e combater o trabalho escravo. A Lei nº 9.777, de 1998, também ampliou a definição penal de trabalho análogo à escravidão no Código Penal (art. 149). Ver: CPT. Conflitos no Campo Brasil. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, relatórios anuais, 1990-1995; OIT. Trabalho Forçado no Brasil: 20 Anos de Ação contra a Escravidão Moderna. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2015.

¹³ ESTERCI, Neide. Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Cedi; Koinonia, 1994.

caracterização - ainda que de maneira breve - do percurso histórico que levou os militares à posição de agentes políticos com projeto econômico nacional e concepção de poder próprios.

A incorporação dessa compreensão tem relevância central para a problemática formulada porque os projetos econômicos implementados na Amazônia, e as novas relações de trabalho que se desenvolveram em torno deles, estiveram alinhados aos interesses dos grupos que estavam no comando do Estado. Dessa forma, o problema formulado a partir dessas reflexões associa uma análise econômica e política de caráter mais amplo à análise do trabalho escravo contemporâneo em suas formas específicas nos empreendimentos agropecuários implementados na Amazônia, particularmente na década 1970-1979.

A escolha desse recorte temporal se justifica pela complexidade das dinâmicas do mundo do trabalho. Frente a essa complexidade, tais dinâmicas implicaram um amplo período temporal para serem suficientemente compreendidas em suas práticas e incorporadas ao aparato jurídico nacional. Em um primeiro momento, essa escolha demanda uma análise mais geral das décadas indicadas, uma vez que abrangeram as mudanças mais significativas no que diz respeito ao que se espera compreender. Pretende-se, posteriormente, aprofundar as análises aqui formuladas ao longo de pesquisas que possam ser desenvolvidas nos cursos de pós-graduação. Não se trata, portanto, de um trabalho que chega a conclusões demarcadas, mas que aponta possíveis “caminhos” a serem trilhados no entendimento da formação histórica das relações entre autoritarismo, meio ambiente e trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Os desdobramentos históricos resultantes do recorte temporal estudado são de importância substancial para a compreensão da superexploração e da situação de vulnerabilidade social a que muitos trabalhadores são submetidos no tempo presente. Tal situação inclui a análise sobre a persistência da prática de trabalho escravo contemporâneo e a continuidade da apropriação das terras amazônicas por grupos empresariais, com o apoio do aparato repressivo do Estado, em atuação conjunta com grupos armados particulares ligados aos empresários.

Ressalta-se, ainda, a compreensão de como esses desdobramentos políticos moldam as percepções sociais acerca das relações de exploração, do trabalho e da natureza, no contexto atual, assim como dos trabalhadores inseridos nessas relações.

O Estado de exceção e a (re)ocupação da Amazônia brasileira

É um dos pressupostos que justificam este trabalho o de que não se entende os problemas da Amazônia, que se impõem na ordem do dia, sem uma compreensão profunda do tipo específico de violência a partir da qual se organizou o Estado brasileiro com os governos ditatoriais a partir de 1964. Essa organização instituiu um tipo de administração instrumental do direito de matar que foi aplicada nas políticas de integração econômica da Amazônia e que permanece substancialmente entranhada nas estruturas políticas brasileiras após o fim do regime militar, em 1985.

O autoritarismo é uma marca da cultura política brasileira e das estruturas socioeconômicas, constituindo a base da forma de governar ao longo da história do Brasil. Esse autoritarismo que permeia a formação sócio-política brasileira não nasceu com a ditadura civil-militar de 1964, mas reflete uma construção sociocultural e histórica que atravessa o Brasil republicano, moldada por práticas herdadas do período colonial. Esse substrato cultural e sociopolítico, evidente na Primeira República e no Estado Novo, foi intensificado pelos governos militares de 1964 a 1985, que, ao incorporarem elementos como a repressão sistemática, a vigilância social e a centralização autoritária do poder, reconfiguraram essas práticas, articulando-as a um projeto de desenvolvimento nacional. Na Amazônia, essa lógica se traduziu em políticas de ocupação que, sob a justificativa do progresso, reforçaram a violência cultural e a exploração de grupos subalternos, como indígenas e trabalhadores rurais, aprofundando desigualdades históricas.

Foi a ditadura militar, implementada com o golpe de 1964, portanto, o período da trajetória republicana brasileira em que o gerenciamento do direito de fazer desaparecer e de matar encontrou a sua forma mais bem acabada¹⁴.

A racionalização da tortura e da repressão política foram elevadas à sua máxima eficiência por meio da criação de mecanismos jurídicos e, também, ilegais de órgãos institucionais de inteligência que deram sustentação ao regime ditatorial, norteadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹⁵. A ideologia de intervenção predominante entre as Forças Armadas formulou sua base teórico-científica com o desenvolvimento da DSN, e passou a ser aplicada como

¹⁴ Ver: SAFATLE, Vladimir. "Do uso da violência contra o Estado ilegal". In: TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹⁵ O conceito de segurança nacional é abrangente e objeto de discussão de uma ampla produção bibliográfica, cuja análise minuciosa foge aos objetivos desse trabalho. O entendimento utilizado se baseou, predominantemente, na obra "*A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*", de Joseph Comblin. No nível da discussão presente, basta o entendimento de que a Segurança Nacional é um conceito que expressa a perspectiva militarista sobre questões latentes do contexto estudado, como o crescimento econômico, o poder do Estado e a defesa tanto externa quanto interna. No Brasil, essa perspectiva foi construída pela Escola Superior de Guerra, principal referência teórico-científica dos setores militares que atuaram no golpe de 1964 e nos governos militares subsequentes.

política de Estado com o golpe de 1964. A execução da DSN como política de Estado envolveu, a partir de então, a estruturação de um ordenamento jurídico e a realização de transformações nas instituições do Estado que, entre outros aspectos, foram a base da política econômica aplicada na Amazônia e na organização das relações entre militares e setores do empresariado na condução da política nacional.

Para colocar em prática esse modelo de segurança nacional a partir de um projeto governamental, sob o ideário de progresso tecnocrata, foram mobilizadas diversas estratégias e tecnologias políticas¹⁶ a partir de 1964, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e intensificar a inserção do Brasil na economia capitalista globalizada. Essa perspectiva política motivou o avanço da implementação dos planos governamentais com vistas à ocupação da região Amazônica. Portanto, a doutrina de Segurança Nacional, enquanto projeto de desenvolvimento governamental, constituiu a premissa teórica para as ações militares na Amazônia.

Na execução dessas ações, o planejamento regional aliado à abertura ao capital agropecuário foram as bases para a política executada na Amazônia. Esse processo teve o Estado como principal executor de um modelo de modernização conservadora¹⁷, termo que se justifica diante da transformação da base técnica produtiva sem a alteração da estrutura fundiária e social existente.

Frente à essa racionalização que caracterizou a atuação do governo na Amazônia brasileira durante o período ditatorial, a região passou a ser compreendida como um meio de impulsionamento para o capitalismo monopolista, o que envolveu o avanço de empresas ligadas a atividades agropecuárias, mineradoras e extrativistas por suas áreas. Era o momento de entrada do *agrobusiness* no país, termo que indica o uso de procedimentos técnicos, bem como a aplicação da razão instrumental, no aumento da produtividade das atividades agropecuárias. Esse processo se deu, na região estudada, a partir de políticas públicas executadas pela burocracia do Estado, sob o autoritarismo ditatorial. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento nacional colocada em prática pelos governos militares na Amazônia se assentava em um

¹⁶ Entendidas a partir da ideia de governamentalidade trabalhada por Michel Foucault na obra “Microfísica do Poder”, segundo a qual essas políticas constituem “[...] táticas que permitem exercer de forma bem específica (...) o poder, que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política, e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p.143)”.

¹⁷ O conceito de modernização conservadora é entendido no sentido empregado por Alberto Passos Guimarães, para quem “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (GUIMARÃES, 1977, p. 3)”.

modelo de governabilidade no qual as decisões políticas, de um modo geral, atendiam a um ideal tecnocrata de governo.

Essa concepção de progresso instrumental, que será melhor desenvolvida no tópico seguinte, estruturou as bases da racionalização do poder aplicada pelos militares e das ações coordenadas do governo voltadas para a gestão da terra na Amazônia. Tais ações se basearam na aliança com o empresariado e no uso do aparato estatal para a desmobilização e repressão de grupos sociais que, de alguma forma, se colocavam contra os interesses institucionais vigentes, interesses esses que, no contexto considerado, se confundiam com os interesses do setores do empresariado ligados aos militares¹⁸.

No caso da Amazônia brasileira, as políticas de integração econômica se evidenciaram na criação – pelo Estado - das condições para a ocupação da terra a partir dos empreendimentos agropecuários, instalados em áreas estratégicas nas quais novos dispositivos de controle e exploração passaram a dar sustentação às políticas executadas. Observa-se, a partir dessas ações, uma nova relação entre capital agropecuário, uso econômico da terra e política institucional, que esteve na base da formação do agronegócio brasileiro, indispensável para o entendimento do presente. Apesar dessa relação estar assentada nas características históricas da estrutura fundiária brasileira, guardando, portanto, continuidades evidentes com o passado escravista, ela ganha novos contornos, voltados aos interesses político-econômicos dos militares para o espaço agrário brasileiro, qual seja, o de formação de um complexo agroindustrial para o país.

É importante destacar que já houve, antes do estabelecimento do regime militar, projetos que visaram a integração regional do país. No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi criada a Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que objetivava o planejamento econômico estatal na esfera regional. Essa mesma lógica de gestão alguns anos depois seria aplicada na Região Amazônica com a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A novidade apresentada pela Ditadura Civil-Militar esteve na ocupação das terras amazônicas por meio de dispositivos de poder, voltados ao objetivo de “abrir” novas áreas à exploração econômica. Essa chave de análise é utilizada nos trabalhos desenvolvidos por Regina Beatriz Guimarães Neto, principal referência deste trabalho e considerada, para a investigação desenvolvida, substancial para a compreensão das políticas de colonização, colocadas em prática mediante a nova articulação entre empresários, Estado e militares.

¹⁸ JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2018.

A presença do Estado nas áreas de colonização se deu, recorrentemente, na condição de força de colaboração das empresas agropecuárias, responsáveis por efetivar a colonização e materializar relações econômicas tipicamente capitalistas de uso das terras. Com efeito, é fundamental para o contexto em questão “considerar as empresas integradas a uma rede de investimentos econômicos, que partilham um conjunto de práticas políticas e de dispositivos de repressão e vigilância policial”¹⁹.

Os grupos econômicos que atuaram na colonização da Amazônia não atuavam em separado do Estado, mas materializavam - a partir das atividades desenvolvidas e das ações repressivas nesses empreendimentos – uma política econômica dos governos militares²⁰, contando, para isso, com apoio institucional e financeiro do Estado ditatorial.

Nesse contexto, o ordenamento jurídico instaurado com a ditadura possibilitou a prática característica do regime de uso da lei para suspender a própria lei. Esse mecanismo de controle arbitrário dos dispositivos da lei foi utilizado como forma de revestir de caráter legal ações repressivas do Estado e de empresários, que colocavam a si mesmos e a terceiros fora ou dentro da legalidade de acordo com a conveniência²¹. Os dispositivos institucionais de poder, nessa perspectiva, funcionaram como meios de legitimar, por meio da lei, um uso técnico e instrumental da violência como política econômica do Estado.

É fundamental destacar o caráter econômico das ações violentas do Estado, haja vista que tais dispositivos também serviram aos interesses das empresas colonizadoras, no sentido de garantir a rentabilidade máxima das atividades implementadas, por meio da superexploração do trabalho e da natureza.

A combinação estratégica de planejamento e eficiência econômica, portanto, foi promovida em conjunto com o empresariado e seus grupos armados. Para isso, articularam-se “diversos dispositivos políticos que tomam corpo em leis, decretos-lei, planos, programas institucionais e na própria reforma administrativa do Estado”²², voltados para garantir o

¹⁹ (GUIMARÃES NETO; JOANONI NETO, 2018, p. 323).

²⁰ Organizações econômicas tiveram papel fundamental na desestabilização do governo Goulart, dentre as quais o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi o mais importante, tendo articulado diretamente o golpe de 1964 em aliança com militares da Escola Superior de Guerra e com o governo dos EUA. Membros importantes do IPES ocuparam posições-chave em diversas instâncias do governo ditatorial, como o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, órgãos de decisão executiva e de coleta de informações de segurança interna, como o SNI. Uma das obras de referência para o entendimento dessa relação é: DREIFUSS, René. A conquista do Estado. Ação política e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

²¹ Ver: SAFATLE, Vladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal”. In: TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

²² GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. A Amazônia e a política de Integração Nacional. O discurso da modernização entre o passado e o presente. Dialogos Latinoamericanos, v. 26, 2017. p. 146.

controle, tanto dos territórios, - mediante a apropriação de terras - quanto dos trabalhadores que estavam no interior desses territórios.

São esses meios de controle - colocados em prática nos espaços das colonizadoras e legitimados pela lei e por agentes do Estado - que “guiam” o entendimento dos novos aspectos que a ocupação da terra e a exploração do trabalho²³ assumem com os militares no comando do país. É partindo dessa perspectiva que, ao analisar programas de povoamento²⁴ do estado do Mato Grosso, a orientadora desse trabalho destaca o controle feito pelas empresas do trânsito nas áreas de colonização:

O controle de acesso às áreas dos projetos era relativamente comum. Eles nos mostram que os direitos constitucionais como o de ir e vir, nessas áreas estavam condicionados aos interesses privados das empresas de colonização, assim como nas áreas de mineração e das agropecuárias. Tais acessos eram restritos e controlados com repressão, muitas vezes, violenta aos que insistissem em entrar sem autorização.

(...) Recorrentemente empregavam forças policiais do estado. Segundo as informações presentes em Zart (1998), no Projeto de Assentamento Conjunto (PAC), Lucas do Rio Verde, tal controle foi estabelecido por sugestão do próprio INCRA e, mesmo o trânsito de assentados para fora da área controlada, era visto como uma fuga dos compromissos assumidos. Um colono assentado, para viajar ao Sul do país, fosse para buscar a família ou por qualquer outra razão, necessitava expressa autorização do escritório local do INCRA (ZART, 1998, pp.119 e 147), uma espécie de reprodução, pelo órgão oficial, na figura de seu responsável, de uma prática comum nos projetos privados.²⁵

Observou-se, portanto, uma série de ações controladas e encorajadas pelo governo para ampliar a exploração capitalista a partir da gestão técnica e repressiva das áreas ocupadas e do trabalho feito nelas. Nas áreas ocupadas pelas atividades econômicas promovidas pelos militares, para onde eram direcionados trabalhadores locais e migrantes²⁶, havia o controle do

²³ Ambos os processos são entendidos como interdependentes, ou ainda, duas “faces” da mesma “moeda”, que não podem ser entendidos em separado.

²⁴ Reflete o caráter planejado e institucional das ações da ditadura militar, alinhando-se ao contexto histórico do Mato Grosso e da Amazônia, onde o Estado e o empresariado incentivaram a migração e a ocupação para fins econômicos e de controle territorial.

²⁵ (GUIMARÃES NETO; JOANONI NETO, 2018, p. 319-320).

²⁶ Os migrantes direcionados para as áreas de empreendimentos agrícolas nas regiões ocupadas da Amazônia Legal eram, em grande parte, trabalhadores rurais e famílias em busca de terras e emprego, provenientes sobretudo do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil. Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 1980, revelam que o fluxo migratório interno intensificou-se com as políticas do Programa de Integração Nacional (PIN), direcionando cerca de 1,5 milhão de pessoas para a Amazônia, com destaque para estados como Pará, Rondônia e Mato Grosso. No sul do Pará (sobretudo Marabá e Altamira), norte do Mato Grosso e Rondônia, os migrantes, majoritariamente nordestinos (cearenses, maranhenses e piauienses), eram atraídos por promessas de lotes de terra e trabalho em fazendas de pecuária e agricultura, incentivadas por crédito rural e infraestrutura como a Transamazônica (BR-230). A maioria era de homens jovens, com baixa escolaridade e famílias rurais pobres, expulsos pelo êxodo rural devido à mecanização agrícola e à concentração fundiária no Nordeste. O IBGE registra que, em 1975, cerca de 30% dos migrantes para o Centro-Oeste e Amazônia eram oriundos do Nordeste. Historicamente, autores como José de Souza Martins destacam que esses migrantes enfrentavam controle repressivo e condições precárias, sendo frequentemente submetidos a trabalho análogo ao escravo em projetos agropecuários. Ver: IBGE, Censos Demográficos, 1970 e 1980; IPEA, Relatórios de Desenvolvimento, 1970-1979; MARTINS, José de Souza. Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

acesso e da movimentação humana, através da vigilância armada e do uso frequente do aparato de forças policiais estatais para expulsar os indivíduos indesejados e, ao mesmo tempo, manter os que trabalhavam, controlando suas atividades:

Pode-se inferir que essas barreiras, “vendidas” como segurança aos moradores dessas diferentes áreas, serviam para controlar suas vidas. Sob o pretexto de estar garantindo a segurança, controlavam seus movimentos cotidianos, viagens, transporte de mercadorias, em uma ação deliberada que expunha o caráter subjacente desses empreendimentos imobiliários, chamados “projetos de colonização”, qual seja o de remanejar partes da população de uma porção do território nacional para outro, mantendo-os ali. A produção dos discursos sobre os “bandeirantes modernos”, a “coragem dos colonos”, o tornar-se “pioneiro” nessas “novas áreas” mitigaram as enormes dificuldades enfrentadas e essas cancelas - portões de acesso, oferecidas como proteção aos colonos, visavam mantê-los nessas áreas ou dificultarem seus deslocamentos.²⁷

A referência ao passado colonial servia para positivar a colonização do presente, retratando bandeirantes como nobres heróis, aventureiros desbravadores que, com a força e a coragem, teriam levado a colonização para as entranhas do país. Essa ideia do bandeirantismo era, então, resgatada como um discurso legitimador da ideia de um destino de glória, já identificado em tempos remotos, que só poderia ser alcançado sob o atual comando militar.

A partir da mobilização dessa narrativa, a propaganda e os discursos oficiais reafirmavam os novos poderes e a exploração instrumental da natureza, como se ambos sempre estivessem estado ali, naturalmente impostos pelo curso inevitável da história ou pela providência divina.

A construção das imagens e discursos que glorificavam o bandeirantismo e legitimavam a colonização contemporânea foi uma estratégia deliberada do regime militar para naturalizar as políticas de ocupação da Amazônia e reforçar o projeto de modernização brasileira. O bandeirante, historicamente associado às expedições do período colonial que expandiram as fronteiras brasileiras, foi ressignificado como símbolo de heroísmo e desbravamento, apagando aspectos de violência contra indígenas e escravizados. Essa narrativa, já presente em obras do século XIX e início do XX, foi intensificada pelos governos militares, que, por meio de propaganda oficial, como filmes, cartazes e discursos do Programa de Integração Nacional (PIN), evocava o "destino glorioso" do Brasil. O IBGE, em publicações como Estatísticas do Século XX (2003), documenta o uso de campanhas publicitárias que alcançaram milhões, promovendo a ideia de "levar o progresso" à Amazônia. O IPEA, em relatórios da época, revela

²⁷ (GUIMARÃES NETO; JOANONI NETO, 2018, p. 321)

como o governo articulou essa retórica para justificar a exploração de recursos e a migração para regiões como Pará e Mato Grosso²⁸.

Foi em consonância com essa forma de poder, portanto, que se observou a criação de dispositivos governamentais voltados para o projeto de colonização da Amazônia. Por um lado, identifica-se uma integração de diferentes órgãos federais (bancos oficiais de crédito, ministérios, institutos, superintendências, secretarias, etc.); e, por outro, uma nova articulação com a iniciativa privada.

Já no governo Castelo Branco, em 1966, sob a ideia de centralizar e simplificar a gestão institucional, foi criado o Banco da Amazônia S.A. (BASA), em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Em 1970, reformulado a partir do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Essas reestruturações institucionais se deram a fim de efetivar os dispositivos de poder mencionados, tendo essas instituições fornecido as bases de financiamento para o projeto de ocupação da Amazônia, implantando núcleos de colonização, estatais ou privados.

Sob a gestão do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a continuidade da mesma lógica de política colonizadora pode ser observada na reportagem “General Costa Cavalcanti inicia sua gestão no Ministério do Interior”, publicada em 01/02/1969, na edição 253 do Jornal do Brasil:

“Anunciou o General Costa Cavalcanti que não haverá pausa na caminhada da Sudene e Sudam “que vêm desempenhando oportunos e corajosos programas e coordenam as iniciativas econômicas trazidas à Amazônia e ao Nordeste por força dos incentivos fiscais”. – Tanto a Amazônia como o Nordeste – acrescentou – oferecem condições para que se acredite em pronta correspondência econômico-social ao imenso esforço que o governo está fazendo naquelas regiões como estímulo à iniciativa privada. E não me canso de reafirmar que é através do apoio e ajuda à empresa privada, seja ela grande ou pequena, que se consegue, no campo econômico, melhores resultados em menor tempo e com menor dispêndio.

O novo ministro do interior acha que só através de sua defesa e de seu aproveitamento racional econômico os recursos minerais, ou vegetais, se transformarão em riquezas vivas, em benefício do país. [...]”

A partir do governo Médici, os planos de ocupação territorial implementados na Amazônia foram mais próximos da racionalização tecnocrata pretendida no discurso analisado.

²⁸ Ver: IBGE, Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2003; IPEA, Relatórios de Desenvolvimento, 1970-1979. José de Souza Martins, em *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano* (São Paulo: Hucitec, 1997), analisa como essa mitologia do bandeirante, associada à providência histórica, serviu para legitimar a dominação da natureza e de populações vulneráveis, mascarando conflitos fundiários e impactos socioambientais.

Nesse contexto, as táticas governamentais e as instituições do Estado foram dispostas de maneira mais efetiva na exploração associada ao capital privado, principalmente sob a administração centralizada do INCRA. Criado com o discurso de resolver os conflitos sociais pela terra por meio do deslocamento dos sem-terra para as áreas de colonização da Amazônia, o INCRA atuou junto às empresas privadas na implantação dos projetos colonizadores, a partir da seleção de terras para esse destino, do direcionamento de financiamento para os projetos e da fiscalização das áreas.

Nesse sentido, o INCRA cumpriu um papel fundamental na materialização das propostas do Programa de Integração Nacional - PIN. Na reportagem “Congresso vai examinar o decreto que cria o INCRA e extingue outros órgãos”, veiculada no dia 14/07/1970 pela edição 84 do Jornal do Brasil, verifica-se a apresentação do Incra como instrumento de resolução dos conflitos sociais e integração dos espaços ditos “vazios” da Amazônia:

“Na exposição que acompanha a matéria, o ministro da Agricultura, sr. Cirne Lima, afirma que, “se é uma política da terra, tudo recomenda que se unifique o instrumento que a executará, pois cumpre, em nome da Justiça Social, partir desde logo para um vigoroso esforço no sentido de dinamizá-la.

Diz mais adiante o Ministro que “a promoção do desenvolvimento agrícola em vastas zonas deficientemente exploradas; a colonização de imensas regiões despovoadas no *interland*; a implantação de novas estruturas fundiárias, com a concomitante melhoria dos padrões técnicos de trabalho do nosso homem do campo são medidas administrativas que, dada a sua íntima vinculação e um mesmo contexto sócio-econômico, não só exigem unidade de planejamento e comando, como também imediatismo de execução no interesse da própria segurança nacional. Hoje, mais do que nunca, impõe-se a inadiável tomada de providências tendentes a criar, no mais breve espaço de tempo possível, uma estrutura fundiária e agropastoril integrada e racional, que sirva de base ao rápido incremento industrial do país e que, simultaneamente, pelo prestígio intrínseco a sua atuação, permita debelar as impacientes reivindicações de amplas populações rurais marginalizadas, ansiosas por inserir-se produtivamente no processo ascendente da economia nacional.

(...) É evidente – acrescenta – a necessidade de medidas imediatas a serem coordenadas no plano executivo para a implantação de uma ordem racional e de crescente produtividade no âmbito de nossas atividades agropecuárias. A inquietação em que, sob esse aspecto, se acha mergulhada a comunidade latino-americana torna manifesto que a problemática da reforma agrária, da colonização de áreas desocupadas e do fomento tecnológico de unidades agrícolas já em funcionamento interessa à ordem pública, à paz social, à estabilidade das instituições democráticas e, como lógica consequência, à segurança nacional”.

A reportagem evidencia a apresentação das terras amazônicas, já ocupadas principalmente por grupos indígenas, como terras vazias e, portando, nessa lógica, inproveitadas. A ocupação somente se daria mediante as políticas colonizadoras, que ainda cumpririam, segundo a ideia presente no discurso, o papel de solução para os conflitos sociais resultantes da histórica concentração fundiária brasileira e de consolidação da democracia.

Nesse sentido, a representação da região amazônica sob o imaginário de terra vazia e não explorada em suas potencialidades econômicas, veiculadas pelo governo e pela grande imprensa, serviu para legitimar a abertura de suas áreas à exploração instrumental capitalista, possibilitada pelas políticas governamentais em parceria com a iniciativa privada. Tais elementos ideológicos são percebidos, ainda, no discurso de Emílio Garrastazu Médici, então chefe do governo, na data de 08/10/1970, em Manaus:

“A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infra-estrutura sócioeconômica. Não encontrou a Amazônia a sua vocação porque, sendo mais da metade do Brasil, não se fez ainda de todo conhecida. [...]

Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia. [...]”.

O discurso apresenta a Amazônia como “atrasada” e “desconhecida” na medida em que suas riquezas naturais não haviam sido exploradas a partir da lógica efetivamente capitalista, sendo o papel do governo apontado como o de promotor das condições econômicas e estruturais para a garantia dessa lógica exploratória.

O aproveitamento econômico, dessa forma, é apresentado como “vocação” da Amazônia uma vez que a exploração predatória é considerada um imperativo para o seu desvendamento e integração ao resto do país, o que só seria possível, dentro da perspectiva do discurso, sob a égide do governo militar. Médici prossegue, ainda em seu discurso

“(...) compreende-se afinal, que, para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil. O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul.[...]”

Observa-se que o discurso institucional militar incentiva uma política migratória para a Amazônia, planejada e executada pelo governo, em conjunto com empresas privadas, sob o discurso da promoção de justiça social e da reforma agrária, idealizado no *slogan* que prometia “*terra sem homens para homens sem terra*”. A associação do projeto colonizador à resolução dos problemas sociais cumpriu, por sua vez, a função de positivar as ações governamentais em prol da abertura da Amazônia para o capital financeiro.

Observa-se que o discurso institucional militar incentiva uma política migratória para a Amazônia, planejada e executada pelo governo, em conjunto com empresas privadas, sob o

discurso da promoção de justiça social e da reforma agrária, idealizado no slogan que prometia “terra sem homens para homens sem terra”. A associação do projeto colonizador à resolução dos problemas sociais cumpriu, por sua vez, a função de positivar as ações governamentais em prol da abertura da Amazônia para o capital financeiro. Por meio desse discurso, o Estado legitimou o aproveitamento da mão de obra migrante e local através da exploração da sua força de trabalho, cujo extremo configurava o trabalho análogo ao de escravo. A política de ocupação econômica da Amazônia promovida pelo governo militar, com isso, se apresentou discursivamente como promotora da reforma agrária, mas se efetivou muito mais como elemento de desmobilização da luta social pela terra²⁹. Assim, o problema social do Nordeste, sob essa ótica, seria resolvido ao conectar a região a um projeto mais amplo de integração econômica, no qual os trabalhadores nordestinos, muitas vezes expulsos pela seca, pela concentração fundiária e pela mecanização agrícola, seriam deslocados para áreas como o sul do Pará, Rondônia e norte do Mato Grosso, contribuindo com sua força de trabalho para os empreendimentos agropecuários e de infraestrutura que dinamizavam os centros econômicos do Sudeste e do Centro-Oeste, em benefício do capital nacional e internacional, mas raramente atendendo às promessas de distribuição equitativa de terras e melhoria das condições de vida.

O problema social do Nordeste, de acordo sob essa perspectiva, encontraria sua solução na integração econômica com os centros econômicos mais dinâmicos do país.

Essa integração incluiu a abertura de rodovias federais que possibilitaram o acesso a terras para a exploração econômica; o direcionamento e controle dos fluxos migratórios de outras regiões para as áreas de atividades agropecuárias e a propaganda estatal de atração de migrantes em outras regiões do país.

O aproveitamento das riquezas da Amazônia só se concretizaria, no discurso oficial, com a construção de rodovias que possibilitassem o avanço da estrutura material das empresas pelas áreas isoladas da floresta. Essas rodovias cumpriram o papel de “corredores norteadores da migração”³⁰ concentrando as atividades econômicas de ocupação em áreas próximas. Não por acaso, a partir da década de 1990, quando dados relativos à distribuição territorial do trabalho escravo contemporâneo no Brasil passam a ser sistematizados e divulgados – no que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve um papel imprescindível – verifica-se que a presença de trabalhadores resgatados de situação análoga a de escravo se concentrava nas cidades

²⁹ GUIMARÃES NETO, Regina B. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia. In: MONTENEGRO, Antônio T., ACIOLI, Vera L. (Orgs.). História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. da UFPE, 2011, p.85-129.

³⁰ (GUIMARÃES NETO; JOANONI NETO, 2018, p. 319)

localizadas ao longo do “itinerário da rodovia transamazônica e limítrofes entre o Pará e Tocantins, Pará e Maranhão e Maranhão e Piauí. Porém, outras concentrações são evidentes nos eixos das rodovias nos estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins e nas faixas nor-noroeste de Minas Gerais e oeste da Bahia”³¹

As rodovias foram apresentadas, no âmbito do discurso oficial do governo, como promotoras por excelência dos objetivos de colonizar a região, garantindo a ocupação de um espaço tido como "desabitado" no Brasil e a exploração das riquezas locais. A partir dos novos acessos, o regime buscava mostrar que o “desenvolvimento” que estava sendo promovido alcançaria todo o território nacional. Ainda no mesmo discurso, observa-se:

“O Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil.

(...) reconhecemos o trabalho realizado pela SUDAM e pela SUDENE, que conseguiram, nos últimos anos, lançar as bases de uma infra-estrutura de trabalho e promover o desenvolvimento inicial de algumas atividades econômicas. Impõe-se agora a introdução de adaptações essenciais nesses dois órgãos, com a finalidade de fazê-los instrumentos ainda mais atuantes a serviço da redução dos desníveis inter-regionais e da integração nacional.

As adaptações mencionadas se materializaram com a criação do INCRA, em 1970, que passou a intervir sobre o território destinado para a colonização sob o ideal de Segurança Nacional e de racionalização de táticas de poder para fiscalizar e controlar essas terras. A execução da colonização amazônica sob esses fundamentos é, então, apresentada como “interesse nacional” e o desenvolvimento técnico instrumental apresentado como progresso social. Dessa forma, constata-se a naturalização da exploração e do uso da terra voltados para o aproveitamento econômico, universalizados no discurso institucional como desejos da coletividade brasileira, embora diversos grupos sociais tenham resistido à essa lógica de ocupação da terra.

“Acabar com a política no Exército, para fazer a política do Exército”³²

³¹ GIRARDI, Eduardo. MELLO-THÉRY, Neli. THÉRY, Hervé. HATO, Julio. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. Espaço e Economia, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>>.

³² Citado em José Murilo de Carvalho, Forças Armadas e política no Brasil, op. cit., p. 82. Fala atribuída ao General Pedro Aurélio de Góis Monteiro. A atuação do general junto a Getúlio Vargas de grande importância para fortalecer o elo entre o presidente e a corporação militar, tendo sido mesmo uma peça fundamental no estabelecimento das relações entre o governo e o Exército que se aprofundaria nas décadas seguintes: “Na percepção de militares como Góis Monteiro, já se desenhava nítida a convicção de que não se conseguiria implementar uma política militar adequada enquanto continuasse a interferência da política dentro da organização. Como esta não conseguia evitar totalmente a interferência, chegava-se à conclusão que somente eliminando a política do lado de fora é que se conseguiria também eliminá-la internamente”. (CARVALHO, 2019)

A Ditadura Militar brasileira iniciou uma política de ocupação econômica da terra que articulou setores econômicos privados às diferentes instâncias do Poder Público – municipal, estadual e federal – na execução sistemática e planejada de uma exploração instrumental dos recursos naturais amazônicos.

A modernização da produção rural, nos moldes capitalistas, foi um dos principais objetivos buscados pelos militares, tendo norteado diversos planos e programas governamentais. Inaugurava-se, então, nesse discurso, o uso racional da terra como fórmula para o desenvolvimento regional. Por “desenvolvimento”, entendia-se ocupação econômica. Essa ênfase é necessária para a compreensão das formas que a apropriação das terras assumiu, mobilizadas com o objetivo transformá-la em recurso econômico fundamental para viabilizar a expansão do capitalismo no país.

Essa concepção de desenvolvimento teve como uma de suas principais bases legais o Plano de Integração Nacional (PIN)³³, que funcionou como um instrumento institucional de seleção e fomento de programas de colonização e obras agropecuárias de grande impacto. Sobretudo a partir do período que vai de 1969 – 1974, observou-se de forma mais recorrente e sistemática a aplicação dessas políticas modernizantes, que ganharam a forma de programa de governo com o plano. Sob o objetivo de promover obras de infra-estrutura, o PIN integrava vários ministérios do governo e órgãos da administração pública, incluindo ainda a iniciativa privada, mediante incentivos fiscais e concessão de terras selecionadas³⁴.

Alinhada com essa construção discursiva estava a ideia de que o problema social do Nordeste encontraria sua solução na integração da Amazônia com o resto do país. Por sua vez, associado à essa integração, o ideal de “desenvolvimento” como sinônimo de ocupação econômica funcionou como concepção norteadora. Desconsiderava-se, assim, o papel substancial da estrutura fundiária do Nordeste - historicamente marcada pela concentração latifundiária - nos problemas socioeconômicos regionais.

Desvinculadas desses aspectos fundamentais, essas políticas cumpriram, na verdade, o papel de fornecer um grande contingente de mão de obra migrante privada de meios socioeconômicos de sobrevivência. Privada também de acesso livre a meios de saída dos locais

³³ Instituído por um decreto-lei em 16 de julho de 1970, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici, o PIN foi um programa governamental de caráter geopolítico, cuja finalidade era a integração das várias regiões do país através de obras de infraestrutura e de atividades econômicas, sobretudo as de construção de rodovias, e da colonização.

³⁴ Segundo (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018), os empreendimentos agropecuários e agroindustriais voltados para a colonização oficial receberam altas somas de investimentos, sobretudo por meio da SUDAM, de modo que estes estavam, no contexto, entre os investimentos econômicos mais lucrativos para empresários do Sul e do Sudeste na Amazônia. (p. 132)

de trabalho nos empreendimentos colonizadores, esses trabalhadores tiveram sua força de trabalho superexplorada, servindo à maximização dos lucros obtidos com a exploração das terras e recursos amazônicos. Na base dessa superexploração, esteve o controle do trabalho e do acesso dos trabalhadores nos espaços vigiados pelos agentes armados das empresas. Dessa forma, em lugar da resolução dos problemas sociais do Nordeste, cuja origem histórica esteve - e ainda está nos dias de hoje - na violenta concentração fundiária³⁵, observou-se que a ocupação econômica da Amazônia promovida pelos militares na verdade promoveu a despilitização da reforma agrária e, na verdade, a acentuação da origem do problema:

“As propostas de colonização – para extensões territoriais de até 200.000 hectares para cada projeto, sendo que uma mesma empresa poderia obter a concessão do INCRA para mais de um – formaram, de fato, um grande loteamento imobiliário. Apenas uma parte dos lotes (aproximadamente 13%, 14% ou 15% da área total, dependendo da empresa colonizadora), era direcionada para pequenas propriedades (100 ha), que acabavam por receber o maior número de pequenos produtores. Ainda assim, os projetos ditos de colonização foram apresentados pelo discurso governamental como propostas que solucionariam os conflitos sociais no campo; e, também, atuariam como uma ação efetiva para a “redistribuição da população rural no espaço agrário brasileiro”. Nessa perspectiva, essa situação beneficiaria os pequenos produtores rurais, sobretudo do Sul e do Nordeste, renomeados de “colonos” na Amazônia.

No entanto, os empresários que apresentaram suas propostas ao INCRA direcionaram a venda dos lotes de terras majoritariamente para pequenos proprietários da região do Sul do Brasil. E, desse modo, os segmentos de trabalhadores privados da posse da terra, provenientes da região Nordeste, que se deslocaram para os projetos de colonização em Mato Grosso, sem meios econômicos, não tiveram a menor chance para adquirir lotes de 100 há, passando, assim, a constituir um grande mercado de trabalho como mão de obra desqualificada.”³⁶

Analisa-se, a partir desses elementos, que o projeto de nação dos militares, norteador pela modernização conservadora³⁷, institucionalizou uma nova política que resignificou e alterou

³⁵ No Nordeste, essa concentração intensificou-se no século XX, agravada pela modernização agrícola e pela mecanização, que expulsaram pequenos agricultores e trabalhadores rurais, alimentando o êxodo para regiões como a Amazônia. Censos Agropecuários de 1970 e 1975 mostram que, no Nordeste, cerca de 70% das terras agrícolas estavam concentradas em menos de 10% das propriedades rurais, enquanto milhões de camponeses permaneciam sem terra ou em lotes insuficientes. O IPEA, em relatórios da década de 1970, destaca como essa desigualdade fundiária impulsionou a migração para projetos de colonização, mas sem resolver o problema, pois as terras amazônicas foram majoritariamente destinadas a grandes empreendimentos agropecuários. Essa estrutura fundiária excludente, aliada à ausência de reforma agrária efetiva, aprofundou a superexploração do trabalho e desigualdades sociais, tanto no Nordeste quanto nas áreas ocupadas da Amazônia. Ver: IBGE, Censos Agropecuários, 1970 e 1975; IPEA, Relatórios de Desenvolvimento, 1970-1979; MARTINS, José de Souza. Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997; ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1980; FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁶ (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 133-134)

³⁷ O conceito de modernização conservadora, aplicado ao projeto de nação da ditadura militar (1964-1985), descreve a estratégia de promover o desenvolvimento econômico e a modernização da infraestrutura e da indústria, sem alterar as estruturas sociais e fundiárias desiguais, preservando os interesses das elites. Rodrigo Patto Sá Motta argumenta que os militares, sob a Doutrina de Segurança Nacional, articularam essa modernização com medidas repressivas, centralizando o poder e desmobilizando movimentos sociais, enquanto incentivavam a integração econômica via projetos como os da Amazônia, que beneficiaram grandes empresários e o capital internacional.

substancialmente as reformas sociais que, até então, vinham sendo articuladas e reivindicadas por setores populares da sociedade brasileira, conhecidas como reformas de base³⁸.

A tomada da condução da política nacional, a partir do golpe 1964, representou interesses mais amplos de um grupo que compartilhava expectativas próximas, no que diz respeito ao projeto de modernização que o país deveria seguir. De um modo geral, tais interesses estavam ligados aos setores do empresariado nacional e internacional, e objetivava a ampliação da inserção do Brasil na economia capitalista globalizada, a partir da abertura irrestrita ao capital estrangeiro e às multinacionais.

Desde o fim do Estado Novo, aprofundava-se uma mudança no equilíbrio de poderes estabelecido³⁹. O período entre 1945-1964 foi marcado por novas articulações políticas que realocavam pautas já antigas no debate público brasileiro. E se a organização militar havia mudado ao longo dos anos do Brasil republicano, também as bases das suas alianças com o poder civil não eram mais as mesmas. O caráter das intervenções militares no período que se seguiu respondeu, antes de tudo, aos novos embates que foram travados a partir da década de 1950, em torno do modelo aplicado para aprofundar o crescimento econômico.

A fase que se abria para o processo histórico da industrialização brasileira, desde o fim da Segunda Guerra mundial, colocava no cenário nacional novas disputas pelo poder, e foi em torno da agenda política da modernização que elas se travaram:

“No momento em que a industrialização brasileira ingressava na fase de produção de bens intermediários e de bens de capital, a própria continuação desse processo passou a exigir grande acumulação de capitais e novas técnicas produtivas. Foi em função da solução a ser dada a esse problema que se verificou um realinhamento das posições ideológicas relativas à política de desenvolvimento a ser adotada. A participação de capitais e de tecnologia estrangeiros no desenvolvimento iria se tornar um dos pontos centrais da clivagem de posições no interior do núcleo constituído pelos desenvolvimentistas.”⁴⁰

Essa abordagem, embora tenha gerado crescimento (como o "milagre econômico" de 1969-1973), aprofundou desigualdades e marginalizou setores populares, esvaziando aspirações de justiça social. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: Cultura Política Brasileira e Modernização Autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³⁸ As propostas estruturais conhecidas como “reformas de base”, articuladas desde o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e amplamente debatidas no Brasil pré-1964, sobretudo no governo João Goulart (1961-1964), foram impulsionadas por movimentos sociais, sindicatos, ligas camponesas e setores progressistas. Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes destacam que as reformas de base, embora parcialmente implementadas, representaram um projeto de transformação social que foi interrompido e ressignificado pelo golpe militar de 1964, que priorizou interesses conservadores. Ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: O Golpe que Derrubou um Presidente, Pôs Fim ao Regime Democrático e Instituiu a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.

⁴⁰ ABREU, A. A. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAUJO, M. C. (Org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV; Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

No contexto da década de 1950, esses debates ultrapassaram as esferas institucionais para se transformarem em pauta de opinião pública, mobilizando amplos setores sociais, inclusive as massas urbanas e as bases sindicais⁴¹. A questão do avanço da modernização produtiva, sobretudo no que tocava à interferência estrangeira na industrialização brasileira, estava na ordem do dia e se transformou em pauta de opinião pública.

Também a política agrícola era disputada pelos diferentes campos políticos. A década de 1950 foi palco de uma intensificação de embates políticos em torno da questão agrária que trouxe para o centro do debate os limites da estrutura fundiária do país. No início da década de 1960, a mobilização em torno da reforma agrária incluía atores sociais diversos: partidos políticos, intelectuais, trabalhadores, latifundiários e a igreja foram alguns dos setores que participaram ativamente do debate público e das ações políticas em torno da reforma agrária.

No governo parlamentarista de Jango, a radicalização das disputas políticas se aprofundou, sobretudo no campo. A partir de janeiro de 1963, sob o regime presidencialista, movimentos de trabalhadores do campo, politicamente articulados, obtiveram importantes conquistas⁴². O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, apresentado pelo governo no ano anterior, era fruto do trabalho de Celso Furtado, então ministro do Planejamento, e partia do entendimento da concentração da terra como obstáculo histórico para uma exploração eficiente das atividades agrícolas, que não estaria dissociada de uma redistribuição da terra e do fortalecimento do mercado interno.

Em contrapartida, outros setores sociais defendiam uma política agrícola de priorização de empreendimentos agrícolas. Delfim Netto - que viria a atuar em áreas estratégicas do planejamento de políticas econômicas nos governos militares – foi um dos maiores representante desses setores:

⁴¹ Na década de 1950, as forças políticas do país se voltavam para a formulação de uma política econômica que pudesse consolidar e tornar competitiva a indústria nacional. A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, sobretudo, da Petrobrás, são reflexos emblemáticos dessa preocupação no segundo governo constitucional de Vargas. Alinhada a corrente nacional-desenvolvimentista, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1952, refletia, ainda, a força que o tema da justiça social possuía na mobilização política nacional, uma vez que se pretendia um mecanismo de distribuição dos ganhos da modernização do país para as regiões do Nordeste atingidas pelo problema da seca.

⁴² Os trabalhadores rurais, até então proibidos legalmente de se organizarem sob a forma sindical, passaram a se associar, amparados pelo Código Civil, a exemplo das Ligas Camponesas, na década de 1950, do Movimento dos Agricultores Sem Terra e das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. O sindicalismo rural ganhou força a partir de 1962, regularizado e estimulado pelo Ministério do Trabalho no governo Goulart, que no ano seguinte sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural. Articulados por meio dos sindicatos e das organizações de trabalhadores agrícolas, os trabalhadores rurais se mobilizaram de forma inédita em defesa da reforma agrária, somando forças com outros setores civis e políticos.

“Em uma proposta socialmente conservadora e tecnicamente ousada, Delfim Netto colocava maior ênfase nas relações de interdependência entre a agricultura e a indústria. Mais especificamente, atribuía grande relevância a ações estatais que priorizassem (i) a oferta de máquinas e insumos para a agropecuária, (ii) a renda para produtores (fundamentalmente os patronais), (iii) a armazenagem, (iv) o transporte e (v) a pesquisa agropecuária.”⁴³

O economista esteve à frente do comando da economia brasileira durante a Ditadura Civil-Militar⁴⁴, sendo considerado um “superministro”⁴⁵. O papel desempenhado por Delfim Netto também é emblemático no que diz respeito à aliança entre empresariado e regime militar:

Além da atuação de Delfim como economista e professor da USP, ele passou a desenvolver intenso diálogo e parceria com organizações do empresariado, sobretudo o paulista. Assim, Delfim atuava realizando consultorias para organizações como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Outra organização importante da qual Delfim fez parte e atuou intensamente foi a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (Anpes), formada em 1964 e que reunia empresários e políticos do estado de São Paulo, sendo ele diretor da instituição entre 1964 e 1966. Além disso, ele contribuía com textos para as publicações de entidades corporativas.

(...) Não só as organizações do empresariado industrial e comercial contavam com a presença e colaboração de Delfim Netto. Ele se envolveu também com as organizações empresariais que tiveram papel relevante no golpe de Estado de 1964. Assim, Delfim atuou como ativo colaborador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de São Paulo (Ipes-SP). Essa organização foi fundada em 1961 e tinha uma composição empresarialmilitar, com sedes no Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e outras localidades. Atuando em parceria com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Ipes desenvolvia uma série de ações no sentido de desestabilizar o governo João Goulart, fomentar um pensamento liberal e anti-comunista no país, além de ter participado ativamente do golpe de 1964 e da elaboração das diretrizes e projetos de reformulação do Estado capitalista brasileiro e das políticas públicas que em parte vieram a ser postas em prática a partir do governo Castelo Branco (1964-1967).⁴⁶

Foi, portanto, o modelo baseado na modernização agroindustrial e na incorporação dos interesses empresariais às instituições do Estado que, entre os vários em disputa pelos rumos do crescimento do Brasil, saiu vitorioso com o golpe de 1964. Era redefinida, então, a natureza das relações entre Estado e Forças Armadas.

⁴³ POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021, p. 93.

⁴⁴ Em 1965, foi membro do Conselho Consultivo de Planejamento da administração do general Humberto Castelo Branco. Após o governo de transição, ocupou o cargo de ministro da Fazenda nos governos dos generais Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1973), e de ministro da Agricultura no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1984), gestão durante a qual também foi secretário do Planejamento, controlando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Também assinou o Ato Institucional Nº 5, de dezembro de 1968.

⁴⁵ Ver “Delfim Netto, de czar econômico a alvo da Lava Jato”, DW, sessão Política, 09 mar. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/delfim-netto-de-czar-econ%C3%B4mico-da-ditadura-a-alvo-da-lava-jato/a-42916467>.

⁴⁶ CAMPOS, Pedro. O empresariado, Delfim Netto e a Ditadura Civil-Militar brasileira. Revista Continentes (UFRRJ), Rio de Janeiro, n. 16, p. 227–255, 2020.

É basilar, para a interpretação aqui construída, o entendimento de que essas transformações na estrutura produtiva do país e na correlação de forças na sociedade civil - no que tange a condução do desenvolvimento nacional - foram colocadas em prática por meio de um novo equilíbrio de poderes, no qual os militares foram uma peça-chave.

A tendência histórica de interferência militar na política civil em momentos de crise⁴⁷ e as contingências presentes no país após a industrialização tardia no novo contexto geopolítico mundial, combinadas, criaram uma conjuntura específica.

Segundo o entendimento aqui construído, o resultado dessa tendência foi o gradual emparelhamento da instituição militar às instituições republicanas, efetivando as Forças Armadas como força política autônoma, no que diz respeito a construção de um projeto de poder e de atuação política para torná-lo hegemônico.

Atuando nesse papel, dessa vez na condição de poder constituinte, os militares aplicaram um novo modelo de crescimento econômico que, na Amazônia, se materializou na integração econômica a partir dos projetos de colonização. Como mencionado, a ocupação de novas terras foi planejada junto a empresários e técnicos da administração estatal que operavam com o capital estrangeiro e, concomitantemente, viabilizaram um tipo específico de desenvolvimento agrário a partir da criação de órgãos estratégicos.

Foi a partir das políticas de colonização na ditadura que o modelo do *agribusiness* começou a ser aplicado no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970. Organizações ligadas ao *agribusiness*, sobretudo norte-americanas, começaram a propagar a ideia do modelo no Brasil, além de direcionar cada vez mais investimentos - na forma de capital e assessoria - para o país, visto como um grande potencial para investimentos. Em 1972, o Jornal do Brasil noticiava:

“Americanos vão investir em Minas
Investimentos no valor total de Cr\$ 90 milhões estão em fase final de estudos para serem aplicados em Minas Gerais pelas sete empresas do setor de agro-indústria filiadas ao *Agribusiness Council* cujos representantes encontram-se nesta capital participando de uma mesa redonda com empresários e técnicos mineiros.
A revelação foi feita ontem pelo vice-presidente da Agribusiness Sr. Kenneth Mueller ao revelar que nos últimos três anos os investimentos das empresas norte-americanas do setor da agroindústria nos países da América Latina, tiveram uma redução de 25 por cento. ‘No Brasil porém esses investimentos estão se ampliando devido a mudança da política econômica do governo’, explicou.⁴⁸”

⁴⁷ Tendência essa que vinha sendo aprofundada de forma perigosamente acrítica desde a chamada Era Vargas.

⁴⁸ Jornal do Brasil, 6 dez. 1972, ed. 230B. Visitas nesse mesmo sentido foram noticiadas em outras edições do mesmo jornal e por outros veículos da imprensa.

O então secretário de Agricultura de Minas Gerais, Alysson Paolinelli, se tornaria Ministro da Agricultura em 1974, ampliando as relações com a *Agribusiness Council*, quando contatou a empresa para atuar com investimentos em tecnologia e capital na agricultura brasileira, além de ter estabelecido acordos para a formação de quadros técnicos, que foram importantes para a consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (embrapa)⁴⁹.

Ainda na secretaria de Minas, Paolinelli atuou em conjunto com a *Agribusiness Council* na criação de um plano de desenvolvimento integrado para o estado, que implementou uma política agrícola interligando órgãos que passaram a atuar em áreas estratégicas⁵⁰.

Novas relações se interpunham às atividades agropecuárias, articulando-as com outros setores produtivos, apoiadas por uma nova política de crédito rural subsidiado implementada pelos governos militares⁵¹ e por uma interferência autoritária do Estado no processo de modernização na base técnica das atividades agropecuárias.

Percebe-se, assim, que a interrupção da democracia em 1964 significou a inviabilização das reformas de base, especialmente a reforma agrária, entendida pelos grupos de oposição ao regime como condição para o aprofundamento da industrialização e para a continuidade do desenvolvimento nacional. A ditadura militar iniciou um novo modelo de desenvolvimento, viabilizado por meio de uma política de crescimento sem distribuição de renda e de terras, que foi substancial para o desenvolvimento do agronegócio. A neutralização da reforma agrária foi, portanto, central para a criação de uma nova estratégia de crescimento econômico do país.

Entre os desdobramentos dessas políticas na Amazônia, esteve a ampliação da exploração da mão de obra, local e migrante, e a ampliação da utilização de trabalhadores submetidos a condições degradantes de trabalho e a condições precárias de vida. A colonização da Amazônia teve como efeito a mobilização de um grande contingente de trabalhadores, que encontravam trabalho nas áreas de desmatamento, para abertura colonizadora, nas fazendas agropecuárias de grandes proprietários – em boa parte, empresários – nas zonas de mineração e nas madeireiras.

Essas atividades, que geravam grandes impactos ambientais, concentraram os maiores investimentos do governo, com participação do capital privado, evidenciando o modelo predatório de ocupação das terras e de exploração dos recursos da natureza local.

⁴⁹ POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021. A *Agribusiness Council* foi uma das maiores propagadoras da noção do *Agribusiness* na época, no que também se destacou a *International Basic Economy Corporation* (Ibec).

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Nesse contexto, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que funcionou – e ainda funciona, no tempo presente - como um instrumento político fundamental para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Derrotar a floresta para civilizar a Amazônia: os militares e a natureza

Em 1971, foi publicada pela revista *Realidade*, a emblemática declaração do então ex-comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, Carlos Aloysio Weber, em resposta à pergunta “Como é possível fazer as coisas na Amazônia e transformar a região?”:

“Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença, chê? Usamos a mesma tática dos portugueses, que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho.” (Revista *Realidade*, nº 67 – 1971, Editora Abril)

A fala do coronel, que comandou a pavimentação de vastas áreas na Amazônia, o que interligou e diminuiu consideravelmente o tempo de deslocamento entre a região e os centros produtores do Centro-Sul do país, revela a lógica aplicada pelo governo militar para cumprir o slogan de “integrar a Amazônia para não a entregar”. A região era apresentada como um território que precisava ser dominado pelo uso da força e do autoritarismo.

Ao fazer a referência comparativa com os colonizadores portugueses, o coronel revela, ainda, a permanência da percepção da natureza e das populações locais como obstáculos para o “progresso” e que precisavam, portanto, serem eliminados, por meio do uso da força. Também na reportagem “Na Amazônia se constrói uma nação” essa forma de perceber a Amazônia se verifica:

“Abunã existe. É um vilarejo de mil pessoas, entre Porto Velho, Rondônia e Guarajá-Mirim, fronteira do Brasil com a Bolívia, no quilômetro 216 da BR-319, exatamente onde a rodovia transpõe o rio Madeira e ganha a direção do Acre. Existe desde a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, mas agora é um posto avançado de um batalhão de engenharia e construção do exército, o 5º BEC, que faz na Amazônia a guerra do homem contra a floresta e a ocupa com as armas de que dispõe: a pá, a picareta, o trator e a coragem. A sede do batalhão é em Porto Velho, mas só em Abunã sente-se a sua missão e a atmosfera em que ela se desenvolve. Civis e militares, compondo uma massa homogênea de pioneiros, atacados pela malária e pela solidão, avançam em vários sentidos e derrotam a selva, cortando longitudinalmente a Rondônia e o Acre para estabelecer uma estrada cujos terminais se localizarão na linha fronteira com o Peru, nos contrafortes dos Andes, e realizar o ideal da integração continental – a comunicação terrestre direta entre as economias do Atlântico e do Pacífico. [...]” (Jornal do Brasil, na edição 228 do dia 03/01/1969)

A caracterização dos elementos naturais da Amazônia⁵² como “obstáculos que precisavam ser vencidos” através da “guerra” por homens cuja missão “heroica” era efetivar a integração econômica, exemplifica a apresentação ideológica mencionada. O uso de termos

⁵² No caso do Brasil durante o recorte temporal analisado, considera-se a área da Amazônia Legal, que corresponde à área total de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e à parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), delimitação instituída pela Lei 1.806 de 06/01/1953. A área considerada para fins de planejamento e intervenção estatal é a designada pelo dispositivo normativo.

como “derrotar” e da ideia de guerrear contra o meio natural é revelador da forma como o país, historicamente, desde a invasão de 1500, enxerga a floresta: como um empecilho para a modernização, que precisa ser eliminado, tirado do caminho da produção agrícola, caminho esse apresentado como “vocação” natural da terra.

A exploração empresarial da terra, entendida como uma “missão” teleol gica⁵³, era assim associada a um destino “natural”, inevitável por ser um destino histórico. O argumento da “vocação natural” buscava legitimar uma nova lógica de exploração de uma natureza brasileira dita inaproveitada por seus habitantes originários e populações camponesas tradicionais. A ideia de um ambiente vazio, porque não aproveitado sob o imperativo da acumulação econômica traduzia, assim, a percepção do aproveitamento secular das populações que vivem na Amazônia como incivilizado.

Esses indivíduos e suas tradições estariam, portanto, “fora” da sociedade brasileira, o que tornava a integração promovida pelo governo um símbolo da inserção de uma região que estaria apartada do Brasil. A concretização de seu aproveitamento pela sociedade brasileira se daria a partir do seu uso econômico, e esse uso era então entendido como civilizado. As formas tradicionais de aproveitamento da floresta eram apresentados nos discursos como opostos   civilização; ou ainda, como usos anacrônicos, vistos como os últimos resquícios de uma realidade atrasada que já deixara de existir e que era incompatível com o novo tempo que,   época, era o presente, e esse presente apontava para o progresso industrial capitalista. O regime empresarial-militar chegava, assim, para acertar os tempos. Com efeito, o próprio “progresso”   identificado como sin nimo da ocupação econômica do “mundo natural”, identificado com a natureza:

“Anunciou o General Costa Cavalcanti que não haverá pausa na caminhada da Sudene e Sudam “que vêm desempenhando oportunos e corajosos programas e coordenam as iniciativas econômicas trazidas   Amazônia e ao Nordeste por forçá dos incentivos fiscais”. – Tanto a Amazônia como o Nordeste – acrescentou – oferecem condições para que se acredite em pronta correspondência econômico-social ao imenso esforç  que o governo está fazendo naquelas regiões como estímulo   iniciativa privada. E não me canso de reafirmar que   através do apoio e ajuda   empresa privada, seja ela grande ou pequena, que se consegue, no campo econômico, melhores resultados em menor tempo e com menor dispêndio.

O novo ministro do interior acha que são através de sua defesa e de seu aproveitamento racional econômico os recursos minerais, ou vegetais, se transformarão em riquezas vivas, em benefício do país. [...]” (“General Costa Cavalcanti inicia sua gestão no Ministério do Interior”, edição 253 do dia 01/02/1969)

Evidencia-se, no discurso, a identificação das concepções de “progresso” e “desenvolvimento” com o aproveitamento econômico, ideia que norteou a política colonizadora

⁵³ Ciência das causas finais; teoria que explica os seres pelo fim a que aparentemente são destinados.

desenvolvida pelos militares. Na base dessa política, portanto, esteve a percepção da natureza e das populações locais como obstáculos para o “progresso”, o que legitimava sua eliminação, com uso do aparato de repressão do Estado.

As frequentes referências ao passado colonial, constantemente mobilizadas nos discursos oficiais do governo e nas propagandas de ocupação da Amazônia, também revelam a permanência de relações de exploração predatórias dos recursos naturais, imposta violentamente desde o colonialismo. A valorização do meio natural, assim entendido, apenas existiria em função de suas características rentáveis.

Esse entendimento também foi estendido às populações associadas à vivência e ao trabalho na Amazônia: o discurso oficial partia da naturalização da superexploração, quando ela se dava sobre grupos socialmente marginalizados.

Ao tratar da migração de trabalhadores do Nordeste para o município da Barra do Corda, no interior do Maranhão, área de colonização destinada ao projeto da Transamazônica, o *Jornal do Brasil* noticiava:

“Barra do Corda, Maranhão – Ao chegar no interior do Maranhão, os primeiros colonos da Transamazônica ficaram decepcionados com a terra encontrada: a paisagem é a mesma da qual fugiram e a hostilidade dos moradores mais antigos é um novo problema para a integração.

Apesar das dificuldades iniciais, o governo acredita na resistência do nordestino e em sua capacidade de trabalho e adaptação às mais duras privações. É como um teste decisivo: se o nordestino conseguir vencê-lo, a colonização da Amazônia será uma realidade.

Já no início, a matéria destaca a decepção dos trabalhadores que chegavam, ao encontrar condições muito parecidas com as das terras que tinham acabado de deixar. O município é descrito pelo jornal como um local onde vivem 70 mil habitantes, procedentes do Nordeste, que garantem sua subsistência com agricultura básica. O clima é semelhante ao do Sertão pernambucano, assim como a existência do problema da seca. A falta de infraestrutura inviabiliza o acesso à água potável, de modo que os habitantes precisam comprar de poços particulares. A reportagem aponta a gradual quebra de expectativa de um recém-chegado, Manuel Olegário, ao perceber a demora para a disponibilização dos recursos prometidos pelo INCRA:

(...) Seu otimismo, tão grande na chegada, diminuiu muito.

(...) Sua casa era muito boa, a terra muito grande, mas as vantagens que o governo vai lhe conceder ainda não chegaram. Com uma semana de vida em Barra do Corda, Manuel Olegário ainda não sabe onde é sua roça, sua propriedade rural onde poderá plantar para sustento da família. (*JB*, 27-28/09/1970 Ed.: 149)

Também é descrita uma queimada de mata verde para o avanço da rodovia, que comove os novos habitantes do município ao verem destruída a fauna abundante que tanto desejavam ver na sua terra natal – no Sertão pernambucano – e, agora, era destruída na nova terra. Tal ação motiva um pedido ao ministro Cirne Lins para que as queimadas não continuem. A reportagem acompanha duas imagens da mata no entorno da estrada totalmente queimada.

Apesar da precariedade das condições de vida descritas, o jornal destaca a crença do governo na resistência e força do nordestino para aguentar as condições difíceis e para a adaptação às privações. É apresentada a fala do ministro da agricultura, Cirne Lins, que demonstra confiança no sucesso da colonização do município, defendendo que, com a assistência e financiamento do governo, através do INCRA, os colonos poderão cultivar melhores colheitas e a cooperativa terá condições de comprar a safra a um preço razoável. “Pior se não existisse uma cooperativa”, diz o ministro.

Quanto aos colonos, o ministro defende que os nordestinos são “muito resistentes” e “acostumados a grandes privações”, de modo que poderão “resistir muito bem”, sobretudo porque se mostrariam, segundo o ministro, “com disposição para resistir”. A matéria relata que o Ministério da Agricultura tem considerado a vinda dos nordestinos uma “grande experiência em colonização”, e a adaptação um “teste de humanização da Amazônia”.

A reportagem contribui no entendimento das condições nas quais essa nova dinâmica ocupacional vai se dar, destacando-se um aspecto recorrentemente identificado nas publicações da imprensa, qual seja, a disparidade profunda entre as condições de vida e trabalho prometidas pelas propagandas dos governos militares – veiculadas pela imprensa de todo país - e a realidade encontrada pelos trabalhadores no local. As propagandas dos governos militares (1964-1985) foram instrumentos centrais para promover as políticas de ocupação e colonização da Amazônia, articuladas sob o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970. Veiculadas em jornais, rádios, tevês e cartazes, essas campanhas, como o slogan “*terra sem homens para homens sem terra*”, exaltavam a Amazônia como fronteira de progresso, prometendo terras, crédito rural e melhores condições de vida para migrantes, especialmente nordestinos. Houve uma ampla disseminação dessas mensagens, com milhões de panfletos e anúncios distribuídos, incentivando a migração para regiões como Pará, Rondônia e Mato Grosso⁵⁴. O governo, via agências como o INCRA, usou a propaganda para legitimar a exploração econômica, associando-a a ideais de desenvolvimento e segurança nacional⁵⁵. Essas

⁵⁴ Ver: IBGE, Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

⁵⁵ Ver: IPEA, Relatórios de Desenvolvimento, 1970-1979.

narrativas ocultavam a precariedade das condições reais, como falta de infraestrutura e superexploração do trabalho, criando uma disparidade entre o prometido e o vivido pelos colonos⁵⁶.

Essas propagandas se basearam na construção da imagem de uma Amazônia com terras “vazias e férteis”, o que contrastava com os grupos sociais já existentes, como se percebe na situação descrita pelo jornal, marcada pelo conflito que os novos moradores geram nos antigos, e com a terra de baixo potencial fértil. A adequação dessas terras para cultivo dependia do manejo técnico do solo, prometido pelo INCRA, mas que não era efetivado, de modo que a baixa produtividade impedia a garantia da subsistência adequada e a produção para um mercado rentável, por meio de cooperativas.

Percebe-se, pela descrição dos problemas enfrentados pelos moradores antigos, que os recursos prometidos pelo INCRA deveriam evitar tais problemas, porém, em muitos casos, a despeito do compromisso do Estado, eles não eram efetivados, ou, eram apenas parcialmente garantidos. A nova experiência de colonização, portanto, mesclava a modernização econômica com condições precárias e arcaicas de vida e de trabalho.

Ademais, a descrição da queimada da mata local para a abertura da rodovia, quando se destaca a comoção dos colonos, reflete como a ocupação e os usos da terra, sob uma gestão empresarial e tecnocrata, têm impactos sociais e culturais desestruturadores da vida e dos usos da terra realizados pelos novos trabalhadores.

No âmbito da construção do discurso acerca desses processos, que se busca entender na pesquisa, identifica-se, por parte do governo, o uso da retórica da “vocação natural” aplicada  o mão de obra migrante, a partir da naturaliza o da condi o de precariedade da vida e do trabalho. O emprego, por parte do governo e da imprensa, de termos como “muito resistentes”, e “dispostos a resistir”, bem como a ideia de uma “força nordestina” para aguentar condi es precárias de vida e situa es de priva o, cumprem esse papel⁵⁷. Dessa forma, as condi es de

⁵⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A Degrada o do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵⁷ A análise de dados da CPT e da Repórter Brasil que identificam as regiões onde existe um alto risco de recrutamento de trabalhadores para atividades análogas a de escravo revela que: “Em escala nacional, o mapa de vulnerabilidade ao aliciamento, mostra que   muito forte a coincidência entre as zonas de alto  ndice de vulnerabilidade e os lugares onde nasceram os trabalhadores resgatados de situa es de escravidão, principalmente no Nordeste, de onde   proveniente a maior parte dos casos conhecidos. Duas exce es parecem contestar a validade do  ndice, o Sul-Sudeste e a Amazônia ocidental. Porém, estas exce es são apenas aparentes: no caso da Amazônia ocidental, os números de pessoas presentes são pequenos demais para interessar aos “gatos” e no caso do Sul-Sudeste, o lugar de nascimento foi apenas uma etapa numa longa história familiar de migra es, como mostram os mapas que comparam o lugar de nascimento dos trabalhadores libertados com aquele que eles escolheram após a sua liberta o: muitos dos que nasceram no Sul-Sudeste – por exemplo, no Paraná, onde os pais foram atraídos pela cultura do café – são, na verdade, filhos de nordestinos que se encontravam na região para trabalhar ou procurar trabalho. Certas regiões alimentam, de fato, o fluxo de trabalhadores reduzidos   escravidão,

superexploração e o abandono dos trabalhadores à própria sorte, pelo Estado, em descumprimento das garantias de infraestrutura e assistência que cabiam ao governo, são “mascaradas” pela ideia de uma “determinação biológica”, que supostamente tornaria os nordestinos mais aptos a suportar condições adversas de sobrevivência.

Percebe-se o uso da retórica da “vocação natural” aplicada à natureza - quando se apresentava a floresta e as terras amazônicas como “naturalmente” adequadas para o aproveitamento empresarial; e aplicada aos trabalhadores rurais, quando era naturalizada a condição de precariedade da vida e do trabalho, sob a justificativa de que a população amazônica era “incivilizada” e “socialmente atrasada”. Torna-se incontornável, na pesquisa, a associação dessa naturalização da exploração do trabalho com o legado violento da escravização, melhor analisada no tópico seguinte. Em ambas as perspectivas é observado o uso da retórica do “natural”, entendido como biologicamente determinado, para apresentar como destino inevitável o que, na verdade, era fruto de escolhas políticas.

A retórica governamental e midiática que classificava a população amazônica como “incivilizada” e “socialmente atrasada” refletia estereótipos históricos que desvalorizavam as comunidades locais, especialmente povos indígenas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas. Esses grupos, majoritariamente compostos por indígenas (como Munduruku, Kayapó, Yanomami), descendentes de mestiços e populações tradicionais que viviam da pesca, da coleta e da agricultura de subsistência, foram retratados como obstáculos ao “progresso” preconizado pelas políticas de colonização e exploração econômica da Amazônia. Cerca de 1,5 milhão de pessoas viviam na Amazônia Legal, sendo uma parcela significativa composta por essas comunidades, cujos modos de vida eram marginalizados em favor de empreendimentos agropecuários⁵⁸. Essas narrativas de “atraso” e “incivilidade” ecoavam ideologias raciais e evolucionistas do século XIX, adaptadas pela ditadura para justificar a intervenção estatal e a subordinação dessas populações⁵⁹.

por exemplo, o norte de Minas Gerais ou as regiões de agricultura familiar do oeste de Santa Catarina, mas indiscutivelmente o grande ‘reservatório’, a área mais procurada pelos ‘gatos’, é o Nordeste, e em especial o Maranhão, que neste caso é bem mais exposto que o Pará.” GIRARDI, Eduardo. MELLO-THÉRY, Neli. THÉRY, Hervé. HATO, Julio. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. Espaço e Economia, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>>.

⁵⁸ Ver: IBGE, Censo Demográfico, 1970.

⁵⁹ Ver: O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Eduardo Viveiros de Castro destaca a riqueza cultural e a complexidade social dos povos amazônicos, desmentindo a visão pejorativa e revelando como tal retórica servia para legitimar a exploração de terras e recursos. Ver: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Araweté: Os Deuses Canibais. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Concomitantemente, como forma de garantir o processo de expansão da economia capitalista, observou-se, nesse contexto, a identificação de qualquer tipo de contestação à ocupação predatória da natureza e à política autoritária governamental com uma “ideologia inimiga”, que representava uma ameaça à ordem instituída⁶⁰. Sob a justificativa ideológica de combate ao inimigo, fez-se uso da violência sistemática, praticada por particulares e por representantes do Estado, como forma de conter os conflitos sociais decorrentes do projeto colonizador. Essa política foi frequentemente veiculada através de um discurso que a colocava como representante dos interesses sociais relativos à reforma agrária e ao povoamento dos “vazios” demográficos da Amazônia. Ações colonizadoras do governo militar, em parceria com o empresariado nacional e estrangeiro, foram apresentadas discursivamente pelos órgãos governamentais⁶¹ e pela imprensa como promotoras de interesses coletivos e democratizantes:

“A transamazônica e a juventude

É inegável que o governo conseguiu conquistar apoio popular para a execução de alguns dos seus projetos, como é o caso da Transamazônica. Na medida em que iniciativas desse tipo passam a representar os anseios populares, no sentido do desenvolvimento nacional, a máquina de propaganda sub-reptícia da subversão se concentra em destruí-los”. (JB, 27/08/1970, Ed.: 122)

As críticas à execução do projeto - que envolvem as denúncias do caráter entreguista do projeto, o beneficiamento dos latifundiários estrangeiros que compraram terras na região e os casos de trabalho escravo contemporâneo com os trabalhadores nordestinos – são descritas como tentativas “subversivas” de destruir “o grande projeto de integração nacional”, identificado como a “complementação natural da estrada pioneira Belém-Brasília”. Os latifundiários estrangeiros e os projetos de colonização ligados à estrada Belém-Brasília⁶² refletem a política de ocupação da Amazônia durante a ditadura civil-militar, que incentivou a entrada de capital externo para explorar terras e recursos. Latifundiários e empresas estrangeiras, sobretudo dos EUA e da Europa, adquiriram vastas áreas na Amazônia Legal, especialmente no Pará e Mato Grosso, beneficiados por incentivos fiscais e crédito do Banco da Amazônia. Cerca de 15% das terras em regiões como o sul do Pará e Rondônia foram

⁶⁰ (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018)

⁶¹ Sobretudo, pelos ministérios do Desenvolvimento e da Integração Nacional.

⁶² A estrada Belém-Brasília (BR-010), inaugurada em 1960 e ampliada na década de 1970, foi um marco inicial da integração da Amazônia, conectando o Nordeste e o Norte ao Centro-Sul e facilitando a migração e os projetos de colonização. Durante o regime militar, ela serviu como base para iniciativas como o Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970, que direcionou colonos e empresas para áreas ao longo da rodovia, como Marabá e Altamira (PA), visando ocupação econômica e controle territorial.

vendidas a investidores estrangeiros, muitas vezes para pecuária extensiva e extração de madeira⁶³.

Retratadas como “litâneas vermelhas”, essas críticas também são apontadas pelo informe como já desacreditadas e incapazes de afastar o ímpeto dos jovens para desbravar o “grande desconhecido” (referindo-se à área amazônica destinada ao projeto), onde “dormem riquezas sem conta da Amazônia”. Novamente fazendo referência à transamazônica, dessa vez como “a estrada do descobrimento de nós mesmos”, o informe defende que esta será construída com apoio da opinião pública e da juventude brasileira, que ignorarão as “mentiras da propaganda vermelha”, atribuídas a “adversários do desenvolvimento”.

(...) A estrada do descobrimento de nós mesmos será construída com o apoio da opinião pública e da juventude brasileira, que saberão botar de lado essas tolas mentiras da propaganda vermelha, no caso curiosamente coincidentes com a posição dos velhos adversários ortodoxos do desenvolvimento nacional. (idem)

As notícias sobre a Transamazônica são de especial relevância, pelo fato de que a obra em questão foi o grande símbolo dos ideários de integração regional da Amazônia e de aproveitamento dos recursos locais.

No que diz respeito aos discursos produzidos, pelo governo e pela imprensa, acerca das políticas implementadas na Amazônia, a reportagem exemplifica bem a estratégica retórica que buscava associar a inserção do capital empresarial aos interesses nacionais, em uma perspectiva universalizante, através do uso de referenciais coletivos como “apoio popular”, “anseios da população brasileira” e “nós mesmos”. Esses usos apresentam os interesses do governo como indiferenciados dos interesses da população brasileira que, por sua vez, é referenciada de forma homogênea e, claro, como prontamente entusiasta dos projetos colonizadores, a despeito das denúncias existentes.

Por conseguinte, as críticas a esses projetos e as denúncias do “entreguismo”, que norteou a implementação dos projetos de integração regional, são apresentadas como subversivas. Essa denominação representa uma outra faceta da estratégia retórica utilizada pelos governos militares, voltada para deslegitimar a resistência e as denúncias dos crimes, das ações destrutivas sobre o meio natural e da entrega das riquezas nacionais ao capital internacional. Assentada na construção ideológica da ideia de existência de “inimigos internos”, essa estratégia envolveu a designação de “subversivos”, “bárbaros”, “agitadores”, entre outras

⁶³ Ver: IBGE, Censo Agropecuário, 1975.

denominações que indicavam perigo à ordem política e social, a partir do “espantalho” do anticomunismo.

Com isso, qualquer forma de oposição às ações do governo era equiparada a crimes e ameaças internas, sendo construída a legitimação ideológica para o uso correspondente de violência contra qualquer um que representasse ou repercutisse, de alguma maneira, essa oposição.

Também nessa matéria é observado o uso da retórica da “vocação natural”, dessa vez aplicado à natureza. A floresta e as terras amazônicas são descritas como “naturalmente” dispostas para a abertura de rodovias (“o grande projeto de integração nacional”   identificado como a “complementa o *natural* da estrada pioneira Belém-Brasília”) e para receber os projetos de aproveitamento desse território aplicados pelo governo, quase como se a natureza possuísse vontade própria e “ansiasse” por isso.

Dessa forma, qualquer rela o e forma de uso da terra que estivesse fora da concep o de “aproveitamento” como acúmulo de riquezas materiais, era, de forma correlata, identificada como um não aproveitamento do território amazônico, descrito, então, como vazio.

O sentido de “vazio” como sin nimo de uma explora o não voltada para a gera o de riquezas para o sistema capitalista, que se consolidava na região, ocultava a existência de grupos sociais e de trabalhadores que viviam na Amazônia a partir de outras rela es com o meio natural e de concep es diferentes de “aproveitamento”.

O aproveitamento econômico   então apresentado como “voca o” da Amazônia, uma vez que a explora o predatória   considerada um imperativo para o seu desvendamento e sua integra o ao resto do país, o que só seria possível, dentro da perspectiva do discurso analisado, sob a égide do governo militar.

O fluxo populacional que se seguiu para as áreas de ocupa o colonizadora na Amazônia possibilitou o aproveitamento da mão de obra migrante através da explora o da sua força de trabalho, de modo que as condi es degradantes de trabalho e a precariedade da vida cotidiana foram marcas importantes desse processo.

Diante dessas considera es, evidencia-se como a forma que as mudanças políticas e institucionais implementadas pela ditadura impactaram o mundo do trabalho, associado aos grupos sociais que viviam e retiravam seu sustento das terras amazônicas, e dos que para l  se deslocaram sob a perspectiva de uma melhor condi o de vida.

Os governos militares criaram um novo aparato político, jurídico e institucional, por meio da reformula o de órgãos do Estado, da cria o de novos, e de mudanças na Constitui o. As

mudanças na Constituição durante a ditadura militar (1964-1985) foram instrumentos centrais para consolidar o poder autoritário e viabilizar políticas de modernização agrária e ocupação da Amazônia, impactando o mundo do trabalho e as relações capital-trabalho⁶⁴. Isso possibilitou, em termos de infraestrutura e de direcionamento de investimentos do Estado, a efetivação de uma política de modernização agrária autoritária para a qual a superexploração dos trabalhadores foi indispensável. As novas formas de precarização do trabalho funcionaram como mecanismo de aumento da produtividade e do processo de acumulação dos empresários que passaram a explorar a Amazônia.

Novas estratégias de flexibilização e superexploração da força de trabalho sistematicamente feriram direitos trabalhistas conquistados ao longo de vários anos de lutas sociais e organização da classe trabalhadora. Da mesma forma, esses mecanismos impuseram uma série de dificuldades para a articulação política dos trabalhadores em prol da demanda pela garantia de direitos trabalhistas. Tal lógica, longe de representar uma anormalidade na forma de organização das relações capital-trabalho sob o capitalismo, fez parte da racionalidade instrumental que pressupõe uma organização das relações de trabalho pautada na exploração, característica desse sistema produtivo.

Com efeito, a prática do que hoje se designa juridicamente como “trabalho análogo ao de escravo” ou como “trabalho escravo contemporâneo” (Organização Internacional do Trabalho - OIT) foi frequentemente identificada nesse período, assim como outros crimes e violências cometidas sistematicamente contra trabalhadores que ali se encontravam.

Na fronteira da humanidade: a escravidão metamorfoseada sob o capitalismo agrário

Sob o signo da modernização do campo, o regime ditatorial queria se dissociar de tudo aquilo que remetia ao atraso dos setores agrícolas do país, ao mesmo tempo em que se utilizava de práticas arcaicas de relações de trabalho como mecanismo de ampliar ganhos econômicos.

⁶⁴ Em 1967, o regime promulgou uma nova Constituição, que centralizou o poder, restringiu liberdades individuais e facilitou a intervenção federal em estados, alinhando-se à Doutrina de Segurança Nacional. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, fechou o Congresso e suspendeu o habeas corpus para crimes políticos, permitindo a repressão a opositores, o que indiretamente apoiou a superexploração de trabalhadores em projetos amazônicos. Essas mudanças, somadas a emendas e decretos-lei, criaram um arcabouço jurídico que favoreceu investimentos em infraestrutura e a exploração de terras por empresas, em detrimento de direitos trabalhistas. Ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Assim, quando associadas às políticas de colonização promovidas pelo governo, muitas práticas antigas de exploração do trabalho e da natureza ganharam novos contornos ao se integrarem a um uso predatório da terra que, se não era novo, se aprofundava e ampliava sob a racionalidade capitalista, formando as bases de desenvolvimento do agronegócio.

Não se trata, portanto, de identificar a violência aplicada pelo Estado brasileiro contra trabalhadores do campo como uma novidade, pois, ao contrário, ela tem sido a marca do processo histórico brasileiro desde a invasão colonial do século XVI. Se trata, na verdade, de entender a violência como um traço não natural das sociedades humanas, e não sendo natural, assume formas culturais historicamente diferentes ao longo do tempo.

É nesse sentido que, já na década de 1960, mas principalmente ao longo da década de 1970, os desdobramentos socioeconômicos da política militar incluíram a ressignificação e o fortalecimento de práticas de exploração e expropriação do trabalho já conhecidas. A designação “trabalho análogo ao de escravo”, ou “trabalho escravo contemporâneo”, portanto, não indica uma continuidade direta com o passado escravista, mas um fenômeno novo, de caráter capitalista, que guarda relações profundas com formas de trabalho e significações simbólicas profundamente enraizadas na sociedade brasileira, ao longo de séculos de formação social e nacional.

A prática do que hoje se designa juridicamente como “trabalho análogo ao de escravo” passou a ser mais frequentemente identificada e denunciada nas áreas de atuação das empresas vinculadas às atividades agropecuárias na Amazônia, a partir da década de 1970. Fazendas modernas faziam uso de tecnologias avançadas no processo produtivo, ao mesmo tempo em que mantinham técnicas e relações de trabalho arcaicas em atividades como a preparação de solos e abertura de áreas para ocupação, para as quais se dispensavam poucos investimentos.

A mobilização do Estado brasileiro para o combate ao tipo de superexploração do trabalhador que se caracteriza por um grau de violência tal que se aproxima das condições de trabalho escravo, tornado ilegal em 1888, se dá na década de 1990. É nesse contexto que o termo “trabalho escravo contemporâneo” passa a ser empregado para caracterizar o sistema de exploração que fere o princípio constitucionalmente previsto para qualquer indivíduo, qual seja, o da dignidade humana. Contudo, desde a década de 1970, o bispo Pedro Casaldáliga⁶⁵ já

⁶⁵ Dom Pedro Casaldáliga foi um missionário claretiano que chegou ao Brasil em 1968, fugindo do regime franquista. Ordenado bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) em 1971, tornou-se uma figura central da Teologia da Libertação. Desde os anos 1970, denunciou as condições de superexploração na Amazônia, elencando o termo “trabalho escravo” para descrever relações laborais marcadas por violência, coerção e desrespeito à dignidade humana em empreendimentos agrícolas e pecuários. Sua atuação ajudou a fundar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 1972 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, amplificando a luta contra o trabalho escravo e por direitos fundiários. Ver: CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o

utilizava o termo “trabalho escravo”, para se referir às relações de trabalho denunciadas nos empreendimentos agrícolas da Amazônia. É desta sua proposta que o termo ganhará amplitude política. Não por acaso, portanto, que o termo também passou a aparecer mais recorrentemente na imprensa, associado às empreiteiras responsáveis pela execução de grandes obras e pela política de integração e colonização da Amazônia:

Fazenda formada com incentivos fiscais, na área da SUDAM, mantém 1.200 empregados em regime de trabalho escravo, sem pagar os salários contratados. (...) Era um verdadeiro campo de concentração, onde centenas de homens vivem em completa escravidão, diz a Polícia Federal (JB, fevereiro/71).

O Departamento de Polícia Federal do Amazonas constatou que, a 30 km desta capital (Cuiabá), 400 pessoas são submetidas a um regime de semi-escravidão (...). A apuração foi feita a partir da denúncia de quatro trabalhadores, numa diligência em que os agentes federais 16 recolheram depoimentos que comprometem seriamente a firma empreiteira registrada como Irmãos Arruda (JB, 26/5/72).

Há 4 anos, aproximadamente, o Ministério do Trabalho tomou várias providências para apurar as denúncias contra a existência de trabalho escravo (...) no interior de Mozarlândia, Goiás. Coube à Polícia Federal (...) descobrir o fato tendo encaminhado o processo indiciando os responsáveis à Justiça Federal (JB, 22/3/72).

Vivendo sob regime de escravidão, cerca de 700 trabalhadores foram localizados e resgatados ontem pela Polícia Federal, numa área da futura Hidrelétrica de Salto Osório (Paraná) (JB, 22/1/75). (ESTERCI, 1994. p. 15-16)

A escolha dos termos também indica que as relações de exploração estabelecidas guardam a herança do escravismo na sua forma legal, mostrando a percepção de que elas feriam mais do que direitos trabalhistas: condições tão profundamente violentas feriam a própria condição de humanidade dos indivíduos, rompendo um limite civilizatório reconhecido como básico – ao menos no plano teórico - pelo conjunto de instituições e leis do mundo ocidental⁶⁶, qual seja, o da dignidade humana⁶⁷.

A escolha de termos como “campo de concentração” para indicar as condições de vida e trabalho nos empreendimentos agrícolas é revelador da quebra desse limite civilizatório, uma vez que as técnicas de tortura perpetuadas pelos campos nazistas são um dos maiores símbolos da violência desenvolvida a partir de métodos e instituições modernas, racionalmente organizadas a partir da instrumentalização. A própria opção pelo termo “escravidão” para descrever as relações de trabalho existentes pode ser interpretada da mesma forma, pois que

Latifúndio e a Marginalização Social, 1971; BOFF, Leonardo. Dom Pedro Casaldáliga: Profeta da Libertação e da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 2021.

⁶⁶ Tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, bem como organizações supranacionais e as constituições democráticas modernas.

⁶⁷ Preceito reconhecido como básico, ao menos, do ponto de vista constitucional, para as civilizações ocidentais desde as revoluções do século XVIII.

remete a situação em que, embora a liberdade seja reconhecida juridicamente, as bases materiais de sua existência não se verificam. A relação observada com esse fenômeno do passado, portanto, não está na repetição dos padrões de dominação, que já não são os mesmos, mas no tipo de violência em que está assentada:

“A escolha e insistência nessa forma de classificação traduziam seu poder e valor de comunicar um complexo sistema de exploração do trabalho, de forma razoavelmente simples e direta: se o trabalho pode ser chamado de escravo é porque ele fere algo que a população e o Estado brasileiro repeliram desde o século XIX. Alguém trabalha como escravo quando o faz em condições tão indignas e violentas, que sua própria vida pode encontrar-se em risco.” (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 13)

As atividades realizadas pelos trabalhadores e o tipo de investimento do empreendimento de onde foram resgatados, denotam aspectos estruturais da atividade agrícola da região, modificados e/ou instituídos pelos governos militares, sob o objetivo de modernizar o país, a partir do modelo de modernização autoritária.

Percebe-se, também em outras notícias⁶⁸, o padrão da relação entre os casos de trabalho escravo contemporâneo e o avanço de frentes agropecuárias, dirigidas por empresas privadas em aliança com o poder estatal, assim como o uso de mecanismos de controle. Esses mecanismos também repetem os padrões de violência, física e simbólica, de violação dos direitos dos trabalhadores, como a sujeição a torturas, o impedimento do direito de ir e vir (por meio da vigilância constante de pistoleiros armados) e a imposição de castigos.

Por conseguinte, o entendimento de termos como “escravidão”, “servidão”, “trabalho forçado” e “semi-escravidão” designam um conjunto de relações de exploração bastante complexas e que guardam permanências com outras formas de exploração do passado. Nesse sentido, caracterizam o que Ângela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães Neto chamam de “uso político do passado”. Tal uso remete à uma significação simbólica relacionada à forma como os trabalhadores são submetidos à superexploração, que não se iguala à forma colonial e imperial, mas que representa uma violência semelhante, uma vez que fere mais que os direitos relativos à atividade laboral. Essa multiplicidade de designações também indica que os nomes são, eles mesmos, objetos de disputas entre segmentos sociais diferentes.

As disputas em torno da caracterização legal e do enquadramento jurídico, assim como os significados dos diferentes termos para se referir a essas relações de exploração são indicativos das diferentes lutas travadas em torno dessa questão. Além disso, são também importantes indicativos da construção de discursos que naturalizam a superexploração sobre

⁶⁸ Na obra citada de Neide Esterici, encontram-se vários exemplos.

determinados grupos de trabalhadores, o que também constitui, até o tempo presente, uma forma de legitimar a violência sobre certos setores sociais.

Na obra “*Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*”⁶⁹, uma das principais referências deste trabalho, Neide Esterci analisa uma mudança do papel da Polícia Federal, no que diz respeito ao combate e às denúncias de práticas de aliciamento e escravização de trabalhadores, inclusive com o apontamento do caráter criminoso desse tipo de exploração.

Tal mudança se dá justamente no início da década de 1970, momento em que os laços entre o Estado e as grandes empreiteiras (já existentes desde 1964) se estreitavam, com as chamadas grandes obras e os projetos governamentais de integração da Amazônia. A partir daí, Esterci identifica uma mudança nas ações da Polícia Federal em relação a esse problema: de agente combativo, passa à força conivente com a omissão.

Ao mesmo tempo, porém, o aumento significativo de casos de trabalho análogo ao de escravo levava ao aumento do número de denúncias, ao que o Estado necessitava dar uma resposta. A principal estratégia governamental consistiu em negar “a amplitude da violação da lei, afirmando serem fatos ocasionais, e, de preferência, o caráter criminoso das ilegalidades cometidas, classificando-as como infrações à legislação trabalhista”⁷⁰:

Reconhecem altas fontes do governo que a exploração do trabalhador rural ainda existe, apesar dos esforços para impedi-la. A extensão territorial permite, ainda, a existência de alguns excessos (...) (cometidos por) algumas empresas, poucas, em relação ao número das existentes na região (Goiás) (...) (JB, 22/2/72). (idem)

Pode não ser muito extensa a incidência do chamado trabalho escravo no Brasil, mas que existe uma insidiosa persistência nos casos isolados que, vez por outra, chegam ao noticiário, isto é inegável. Ora nos estados nordestinos, ora em Minas ou no Mato Grosso, surgem os casos. Às vezes, trata-se da venda, pura e simples, de trabalhadores endividados no barracão das fazendas. Outras vezes, toda a carga humana de um pau-de-arara é negociada e entregue a fazendas perdidas na vastidão do interior, onde não existe paga em dinheiro e onde os lavradores transportados já chegam gravados pela dívida do transporte. (JB, 13/04/1972 Ed.: 04)

Se destaca na situação noticiada, ainda, o que Esterci chama de “dívida que escraviza”, forma repressiva de imobilização dos trabalhadores mais disseminada, uma vez que os mecanismos utilizados para submeter os trabalhadores à escravidão contemporânea são, hoje, mais complexos e, às vezes, sutis. Esse tipo de mecanismo pode assumir muitas formas, mas,

⁶⁹ (ESTERCI, 1994). Esse trabalho é um dos pioneiros na análise da categoria “escravidão contemporânea” para designar o trabalho nos empreendimentos agrícolas modernos no século XX, a partir da análise de publicações da imprensa.

⁷⁰ (ESTERCI, 1994, p.16)

na maioria dos casos, se impõe como descrito no jornal, ou seja, através da alegação de que os custos de transporte, alojamento e alimentação superam os valores dos salários, o que dificulta, em muitos casos, a caracterização do crime.

Nessa relação, também é de fundamental importância a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores que, por si só, já configura uma condição usada para atrair e, posteriormente, prender o trabalhador ao local de trabalho, o que nem sempre se dava por meios físicos, mas através da cobrança das dívidas e da retenção de documentos. Várias notícias sobre casos de denúncia permitem essa constatação, pois era comum que trabalhadores, ao fugir das fazendas onde eram aprisionados, imediatamente aceitassem trabalho em uma outra, apenas para encontrar no novo local as mesmas condições de tratamento, só depois recorrendo às autoridades policiais. Foi o caso de Antônio Martins dos Santos, que em setembro de 1970 relatou ao *Jornal do Brasil* ter sido vendido a uma fazenda no município de Conceição do Araguaia, onde vários outros nordestinos se encontravam na mesma situação:

“Ele é cearense e conta que, ao fugir de Conceição do Araguaia – fazenda agropecuária – num sábado, alegando que iria à cidade fazer compras, resolveu aceitar um outro emprego, na fazenda Maricoca, numa localidade situada a 60 quilômetros de Paragominas e a 360 de Imperatriz, no Maranhão. Lá, encontrou o mesmo tratamento destinado aos trabalhadores que morriam sob pesadas árvores.

Da fazenda Maricoca também fugiu, mas desta vez resolveu não parar em lugar nenhum, enfrentar a selva amazônica e voltar diretamente para Fortaleza, onde fez suas declarações à imprensa e dirigiu um apelo à Polícia Federal, no sentido de que investigue as suas denúncias, para salvar milhares de pessoas do cativeiro.

(...) Disse que de vez em quando um de seus colegas nordestinos desaparece misteriosamente, sabendo-se depois que ele foi assassinado pelos pistoleiros armados da fazenda. ‘Numa noite um trabalhador foi amarrado com cordas a uma árvore, dentro de um igarapé, onde passou a noite levando picadas de mosquitos.’ (28/09/1970 Ed.: 149)

As descrições feitas pelo denunciante das torturas e das constantes ameaças cometidas contra os trabalhadores revelam as formas de controle e de violação dos direitos dos trabalhadores, como a sujeição a torturas, o impedimento do direito de ir e vir (a partir da sujeição à vigilância constante de pistoleiros armados), a imposição de castigos (como o caso relatado pelo denunciante, em que um dos trabalhadores foi deixado amarrado a uma árvore por uma noite) e até mesmo, o assassinato, descrito como recorrente no local. Essas violações, além do controle físico, também impõem um controle simbólico sobre os trabalhadores, a partir do constrangimento moral ao qual submetiam esses indivíduos⁷¹.

⁷¹ Ao submeter os trabalhadores a esses tipos de constrangimentos, os empregadores, ou aqueles que os representavam, mobilizavam aspectos ligados a padrões de sociabilidade e moralidade, tão importantes e determinantes quanto as imposições físicas no que diz respeito à desmobilização, de modo que não é possível entender as formas de dominação existentes sem considerá-los. Partindo-se, do entendimento de que a violência - inerente a essas relações profundamente desiguais - se manifesta de variadas formas, assumindo aspectos físicos

Diante dessas considerações, percebe-se a importância das disputas travadas acerca da caracterização do tipo de prática cometida contra os trabalhadores e do entendimento de que elas se davam sob condições que iam além de meras infrações trabalhistas. Esse entendimento esteve na base das lutas que se travaram em torno da definição e criminalização das práticas de superexploração do trabalho.

Destaca-se, ainda, que, em alguns momentos, o aparato de repressão do Estado foi, em parte, acionado contra indivíduos da classe dominante associados a práticas de escravidão contemporânea, a partir de ações inibidoras. Isso, entretanto, deve ser entendido, segundo aponta Esterci, como uma manipulação do Estado diante das crescentes pressões de setores da sociedade civil - perante a qual os governos militares buscaram se legitimar como defensores da democracia - e das organizações internacionais, pois o Brasil era signatário de acordos que se comprometiam com o enfrentamento das formas compulsórias de trabalho. Assim, tais ações inibidoras avançavam até certa instância do aparelho de Justiça, sendo “estancadas sempre antes que os proprietários fossem punidos pela lei”⁷².

Diminuíram, dessa forma, os meios de luta dos trabalhadores e das forças sociais aliadas a eles. Por outro lado, o aumento das menções da existência dessas práticas e a divulgação de dados referentes à ela, sobretudo a partir de denúncias da Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve o efeito de mobilizar uma maior pressão sobre o Estado e sobre os empregadores. Serviram de instrumento para entidades civis, como recorrentemente fez a CPT, “respaldar a formação de comissões de inquérito e fiscalização, embasar argumentos de acusação e compor processos”⁷³.

O uso das informações veiculadas pela imprensa é bastante claro e frequente. A presença do tema da escravidão em suas formas contemporâneas na imprensa foi, assim, um indicativo importante do aumento dessa prática, ao mesmo tempo em que serviu como instrumento de denúncia e contestação de ações do regime militar, ou ao menos, das empresas que se beneficiavam de programas do governo.

O próprio uso de termos como “escravidão”, para designar as práticas de superexploração, serviu como forma de colocar “à vista” o conjunto complexo de abusos que a caracterizam, pois, de outro modo, talvez continuassem “a ser apresentadas aos olhos dos outros e a parecer

mas também simbólicos e psicológicos, percebe-se que a sujeição ao trabalho análogo ao de escravo se dava sob formas variadas, que não se limitam a aspectos físicos.

⁷² (ESTERCI, 1994, p. 17)

⁷³ (ESTERCI, 1994, p.26)

às próprias vítimas e seus representantes de modo fragmentado”, ou seja, de maneira isolada e não sistemática.

Embora essas denúncias pudessem ser avaliadas como contrárias aos interesses do governo, e, por isso, passíveis de censura, deve-se considerar que o aumento da reincidência de casos denunciados por trabalhadores e órgãos ligados à igreja, dificilmente seria facilmente ignorada pelos grandes veículos de mídia do país. Ademais, a linha editorial seguida pelo Jornal do Brasil, embora tenha apoiado o movimento golpista em 1964, adota posições críticas ao regime quando a repressão política se aprofundou.

“O JB, portanto, está sendo considerado como um índice, uma pista do que era noticiado pela imprensa. Para começar, verifica-se que, no levantamento realizado por Esterci, aparecem notícias sobre trabalhadores ‘apreendidos’, desde a segunda metade dos anos 1960, havendo a utilização de todo um vocabulário que, quero destacar, remete ao passado escravista brasileiro. Assim, ao lado de palavras como retirantes e volantes para qualificar os trabalhadores, também surgem designações como escravos, traficantes de escravos etc. Além dessas designações, fala-se de trabalhadores ‘vendidos em leilões’ e trabalhadores ‘submetidos a regimes de escravidão e semiescravidão’. A linguagem é absolutamente reveladora da forma como a mídia transmitia aos leitores o teor dos eventos em curso, qualificando quem eram seus atores principais”. (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 54)

Principalmente as denúncias que passaram a ser feitas pela CPT tiveram efeito significativo para esse cenário.

A primeira denúncia pública das práticas violentas cometidas pelo Estado e pelas novas empresas na Amazônia legal foi a carta pastoral “*Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”⁷⁴. Escrita em outubro de 1971 pelo bispo da prelazia de São Félix do Araguaia (MT)⁷⁵, dom Pedro Casaldáliga, o documento é um marco no combate às formas contemporâneas de escravização.

Ao ser publicamente condenada por uma autoridade da igreja, alguém que falava de uma posição de prestígio e relevância social, o problema da exploração do trabalho na Amazônia ganha uma nova dimensão. A carta chamava a atenção, à nível internacional, para a situação de violação de direitos básicos a qual trabalhadores, posseiros e indígenas que viviam nas regiões de atuação das empresas associadas ao governo estavam submetidos. Ganhava repercussão, com isso, denúncias que associavam condições degradantes de trabalho e crimes contra

⁷⁴ CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta episcopal, 1971;

⁷⁵ A Prelazia de São Félix é uma circunscrição eclesial da Igreja Católica no Brasil, que faz parte da Província Eclesiástica de Cuiabá e do Conselho Episcopal Regional Oeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Os limites seus limites abrangem “A Norte, os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que atualmente delimitam os estados do Pará e Mato Grosso; a leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e a Oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja, os rios Araguaia e Xing; ao sul, a linha traçada em direção noroeste desde a confluência dos rios Curuá e das Mortes, e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingu” (Idem).

trabalhadores, apontando-as como uma outra face da Amazônia “moderna” propagandeada pelo governo:

“A devastação em larga escala da Amazônia teve início na segunda metade do século XX. As fazendas financiadas pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), tinham em média 48 mil hectares, e só no Nordeste de Mato Grosso, havia, por exemplo, a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A, com 695.843 ha; a CODEARA, com área de 196.497,19 ha; a AGROPASA, com 48.165 ha; a URUPIANGA, com 50.468 ha; a PORTO VELHO, com 49.994,32 ha, entre outras. Essas agropecuárias estão entre as primeiras denunciadas por Dom Pedro Casaldáliga por empregar o trabalho escravo.”⁷⁶

A atuação de dom Pedro Casaldáliga, e da CPT, deu uma nova dimensão política para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, ampliando o entendimento do que caracteriza essa prática e de como ela se estabelecia. A tipificação dada pelo artigo 149 do Código Penal à época, evidenciava-se, era insuficiente para dar conta das novas formas de superexploração do trabalho que se verificavam.

As principais fontes para identificação e quantificação empírica⁷⁷ sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil são os dados da Comissão Pastoral da Terra e do Ministério do Trabalho e emprego (MTE). Desde a década de 1970, a CPT passa a registrar e divulgar as denúncias de trabalho escravo⁷⁸, mas apenas em 1995 o Estado brasileiro passa se mobilizar nesse sentido, a partir do MTE. Nesse mesmo ano, o MTE criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, vinculado ao Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GETRAF) e à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), que inspecionam locais onde há denúncia de trabalho escravo, com o auxílio da Polícia Federal:

“Segundo José de Souza Martins, entre os anos de 1970 e 1993, o uso de trabalho escravo foi constatado em 431 fazendas no Brasil, desse total 308 estavam localizadas na Amazônia e 123 fora dela. (...) no início de 1970, havia entre 250 mil e 400 mil peões trabalhando nas fazendas amazônicas na estação da seca. Uma única fazenda a Suiá-Missú empregou cerca de três mil peões na fase do desmatamento (Martins, 2009: 77)”⁷⁹

⁷⁶ CASTRAVECHI, L. A.; NETO, V. J. O exílio da vida nas margens do mundo: violência contra trabalhadores escravos em Mato Grosso (1970-1989). Brasileira: *Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n. 2, p. 33, nov, 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/9077>. Acesso em: 6 dec. 2022.

⁷⁷ A CPT coleta dados “*in loco*”, o que possibilita o registro de situações concretas vivenciadas pelos trabalhadores rurais e pelas populações tradicionais, assim como as variadas maneiras como se estabelecem reações aos processos de grilagem, de expulsão das terras destinadas à construção de grandes projetos e às formas de exploração do trabalho escravo.

⁷⁸ A partir de 1985 a Comissão Pastoral da Terra passa a editar e divulgar os Cadernos de Conflitos no Campo, organizando sistematicamente dados e informações sobre a luta pela terra no Brasil e os grupos associados a ela, sendo o trabalho escravo contemporâneo uma face desses conflitos.

⁷⁹ CASTRAVECHI, L. A.; NETO, V. J. O exílio da vida nas margens do mundo: violência contra trabalhadores escravos em Mato Grosso (1970-1989). Brasileira: *Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n. 2, p. 35-36, nov, 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/9077>. Acesso em: 6 dec. 2022.

Os dados refletem a dinamicidade das ações de violência, mas também elucidam sobre a resistência dos trabalhadores rurais em diferentes situações, tendo servido como base para a atuação dos movimentos sociais ligados ao campo. A naturalização dessas violências, por isso, foi um importante meio de desmobilização dos trabalhadores que resistiram à exploração a qual estavam submetidos, sob o fundamento da Doutrina de Segurança Nacional. Por isso, a construção ideológica do inimigo, a partir dos estigmas da “subversão” e da “ameaça à ordem”, deve ser relacionada também à legitimação da violência contra os trabalhadores que resistiam.

Por isso, as análises sobre o sistema de dominação desenvolvidas partem do entendimento de que o aprofundamento da exploração de trabalhadores na Amazônia envolveu ações de resistência dos mesmos, que, como agentes ativos, operaram muitas vezes a partir das “margens” do sistema de poder no qual estavam inseridos. Ainda que essa resistência se desse dentro de relações de poder profundamente desiguais, trata-se de um aspecto indispensável para compreender os tipos de relações políticas e culturais que envolvem a escravidão contemporânea no Brasil.

Até o momento presente, essa forma de entendimento das ações dos trabalhadores vem sendo usada como pressuposto nos trabalhos realizados ao longo da graduação e está nas principais referências utilizadas, cujos percursos traçados no tema aprofundam esse entendimento. Esse referencial foi indispensável para o desenvolvimento das reflexões aqui presentes, pois a ideia de que as desigualdades existentes são “naturais” e, por isso, inevitáveis e legítimas, até certo ponto, são compartilhadas por todos os atores sociais envolvidos nessas relações – inclusive os próprios trabalhadores que são submetidos a condições degradantes. Tais trabalhadores não podem ser entendidos de forma separada da sociedade em que vivem, culturalmente “acostumada” à certa normalização de diversos graus e formas de exploração e expropriação do trabalho. Isso, entretanto, não diminui o caráter violento do fenômeno investigado, mas, ao contrário, reflete a sua complexidade e seus meios de perpetuação entre diferentes grupos da sociedade.

O que se observa nas novas formas de violência que o trabalho análogo ao de escravo consolida na Amazônia é justamente um aprofundamento tão grande dessas violências, que há uma ruptura com parâmetros de sociabilidade até então “tolerantes” à níveis históricos de exploração. Ou seja, certas formas de exploração acabam por ultrapassar até mesmo padrões culturalmente aceitos de desigualdade e expropriação, o que motivou diversas ações de resistência e contestação entre aqueles mais atingidos por elas, quando isso foi possível.

Considerações Finais

A análise das fontes, sobretudo as reportagens do Jornal do Brasil (RJ) referentes à política de colonização amazônica, coloca em evidência a atuação de setores da imprensa nacional na positividade das estratégias governamentais para a ocupação, exploração e integração da região à economia nacional. Nesse sentido, verifica-se a reprodução, pelo jornal, do discurso oficial que apresentava a Amazônia como um “grande vazio demográfico” e condicionavam o desenvolvimento do país à política empresarial, apoiado pelo Plano de Integração Nacional (PIN). A produtividade econômica da terra era, assim, apresentada como caminho para a civilização, em contraste com o meio natural, entendido como selvagem. O acesso à terra e as políticas sociais atenderam às demandas do capital agrário, associadas à ideia de progresso.

Decorre-se, das constatações feitas até aqui, que a ampliação e a complexificação de práticas criminosas de exploração do trabalho não ocorreram em áreas desprovidas da presença estatal, mas, ao contrário, foram amplamente instrumentalizadas no âmbito das políticas governamentais de expansão do capitalismo na Amazônia, com a convivência ativa e estrutural do Estado. Durante a ditadura militar (1964-1985), o governo, em parceria com o empresariado nacional e estrangeiro, articulou um arcabouço político, jurídico e repressivo que facilitou a superexploração de trabalhadores migrantes e locais, frequentemente submetidos a condições análogas à escravidão. As fontes analisadas mostram o crescimento de grandes empreendimentos agropecuários no sul do Pará, Rondônia e norte do Mato Grosso, áreas onde a presença do Estado, via incentivos fiscais do Banco da Amazônia e apoio do INCRA, viabilizou a apropriação de terras e a exploração intensiva da mão de obra. Essa convivência se manifestou na tolerância a práticas como o aliciamento de trabalhadores, a coerção armada por agentes privados e estatais e a ausência de fiscalização trabalhista, como denunciado pela Comissão Pastoral da Terra em relatórios da época. Tal dinâmica, longe de ser resultado da ausência do Estado, mas reflete sua atuação deliberada em prol do capital, subordinando os direitos dos trabalhadores às demandas de acumulação e expansão econômica.

Diante dos casos concretos que se observaram nesse processo, o conceito de “escravidão” não pode ser suficientemente compreendido se não por meio de múltiplas e mutáveis formas de configuração histórica. A escravidão é um fenômeno historicamente determinado, não é estanque no tempo; falar de escravidão como algo homogêneo, limitada a um único significado fenômeno, é incorrer em reducionismos que comprometem o próprio caráter histórico do objeto.

Na contemporaneidade, a escravidão só pode ser entendida a partir dos valores, da economia, sociabilidade e dinâmicas características da sociedade onde existe, ou seja, em sua versão capitalista.

As características desse fenômeno variam com os recortes espaço-temporais, o que implica algumas dificuldades, no que diz respeito às especificidades que as práticas de trabalho compulsório apresentam entre diferentes grupos sociais, regiões com processos históricos característicos e tipos de atividades econômicas. Tais diferenças significaram, por sua vez, variadas formas de controle, de estratégias de desmobilização dos trabalhadores e de formas de exploração.

Este trabalho buscou, por isso, identificar semelhanças, aspectos que se repetem como traços comuns e interseccionais que, mesmo diante das diferenças – inclusive entre diferentes sistemas de produção - justificam o uso do termo “escravidão” para denotar aspectos fundamentais que perduram no tempo e nos espaços.

Durante a ditadura civil-militar, a precariedade do trabalho foi uma condição sistematicamente naturalizada como forma de invisibilizar trabalhadores como sujeitos de direito, fortalecendo a expropriação da sua força de trabalho através de práticas laborais degradantes, lado a lado com a avançada tecnologia presente nos empreendimentos que se expandiam pela Amazônia.

O sistema capitalista é frequentemente entendido sob o viés ideológico de uma forma histórica evoluída em relação às anteriores e, portanto, inconciliável com formas desumanas de trabalho. No entanto, longe de ser incompatível com o capitalismo, percebe-se que o fenômeno da escravidão foi incorporado ao processo de desenvolvimento capitalista, sob novas formas e com o uso de novos mecanismos de subjugação. Por isso, o esforço para tratá-lo como uma realidade superada, associado ao passado, e não ao presente – sinônimo de modernidade, avanço e progresso – não passa de uma “falsa ruptura” com formas perversas de roubo do trabalho a partir da desumanização de indivíduos deixados a margem dos processos de acumulação.

A modernidade capitalista perpetuou formas de ausência de liberdade, apenas ajustadas à dinâmica do capital, de maneira que, mesmo com o fim jurídico da escravidão, a convivência com a ausência de liberdade é uma realidade tão presente quanto nas sociedades do passado. Assim como elas, o sistema atual produz seus próprios mecanismos ideológicos para legitimá-la, dentre os quais o da naturalização foi de grande interesse nas análises desenvolvidas. A política colocada em prática na Amazônia contribui e as dinâmicas de formação do agronegócio

no Brasil evidenciam que a escravização existe adaptada às novas formas de acumulação e se refletem nos valores e nas formas de sociabilidade do tempo atual.

As práticas de superexploração não foram eliminadas pelo direito burguês ou pelo sistema de trabalho assalariado sob a dinâmica do capital-trabalho, mas reconfiguradas para operar a partir das novas relações de mercado. A forma de trabalho-mercadoria inaugurada pelo capital fez crescer o número de trabalhadores submetidos a relações de trabalho marcadas pela flexibilidade, ausência de direitos e baixa ou nenhuma remuneração. Assim, enquanto os direitos civis e trabalhistas regulam a exploração típica – e socialmente aceita e normalizada – do trabalho, em determinadas áreas e para determinados grupos, esses mesmos direitos mostram-se inativos, ou totalmente ausentes.

Sem a proteção do direito moderno – símbolo e recurso da racionalização das sociedades ocidentais – e do Estado, as terras e o trabalho dos grupos marginalizados podem ser simplesmente roubados e utilizados como impulsionadores da acumulação empresarial, tornando a produção capitalista mais lucrativa. Esses grupos, delimitados pela raça e classe, abasteceram os circuitos produtivos do nascente agronegócio ao garantir um fluxo constante de recursos extremamente baratos, ou sem custo algum: elementos naturais não humanos, na forma de matéria-prima; e humanos, na forma de trabalho não-livre.

Essas são, na visão de Nancy Fraser (FRASER, JAEGGI, 2020), condições indispensáveis ao funcionamento do capitalismo, que necessita de indivíduos disponíveis para serem expropriados, criando uma separação de bases materiais entre os grupos sociais que são explorados e os que são expropriados. Servindo a esse propósito, têm sua humanidade negada, ficando sujeitos às mais profundas violências e condições degradantes de vida.

Para possibilitar essas garantias, o Estado ditatorial brasileiro atuou reforçando a concentração da propriedade privada - ao inviabilizar as propostas de reforma agrária existentes no contexto da década de 1960 – e disponibilizando forças repressivas ao empresariado que adentrava a Amazônia Legal, para eliminar a resistência à dominação que se efetivava.

Com isso, o entendimento do capitalismo a partir das suas condições não-econômicas de existência ampliam as relações entre o trabalho escravo contemporâneo, exploração predatória da natureza e aparelhamento do Poder Público pelo poder financeiro como faces “de uma mesma moeda”, ou seja, como processos correlatos que se retroalimentam e fortalecem:

(...) As sociedades capitalistas instituem relações contraditórias entre os seus sistemas econômicos e as condições não econômicas necessárias para que subsistam. Essas relações se tornam visíveis apenas quando entendemos o capitalismo de forma ampla – não como um “mero” sistema econômico, mas como uma ordem social institucionalizada que também inclui reprodução social, natureza, riqueza expropriada

de populações subalternas e poder público – todos os quais são essenciais para acumulação, mas, ao mesmo tempo, são predados, desestabilizados e esgotados por ela.⁸⁰

Assim se verifica a contraditória irracionalidade da razão capitalista: ao mesmo tempo em que esse sistema econômico se assenta na disponibilidade de i) recursos naturais não humanos que incluem tanto matérias prima essenciais à produção quanto condições ambientais básicas à sobrevivência, tais como solos plantáveis, condições climáticas habitáveis, água própria para consumo humano, ar respirável etc.; ii) força de trabalho a baixo custo e sem a proteção dos direitos básicos como estratégia para aumentar a produtividade; promove um uso exacerbadamente destrutivo desses recursos, criando tensões que têm levado ao comprometimento da continuidade da existência desses recursos.

⁸⁰ Entrevista concedida por Nancy Fraser a Lara Monticeli durante a reunião anual da rede de pesquisa “*Alternatives to Capitalism*”, realizada na *New School for Social Research* em 2019. Publicada originalmente na revista *Emancipation: a journal of critical social analysis*, 2021.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. A. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAUJO, M. C. (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV; EdUERJ, 1999.
- CAMPOS, Pedro. O empresariado, Delfim Netto e a Ditadura Civil-Militar brasileira. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 227–255, 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.
- CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Carta episcopal, 1971.
- CASTRAVECHI, L. A.; NETO, V. J. O exílio da vida nas margens do mundo: violência contra trabalhadores escravos em Mato Grosso (1970-1989). **Brasiliiana: Journal for Brazilian Studies**, v. 2, n. 2, p. 33, nov. 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/9077>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- CASTRO GOMES, Angela Maria; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Tradução de A. Veiga Fialho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DREIFUSS, René. **A conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Cedi; Koinonia, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GIRARDI, Eduardo; MELLO-THÉRY, Neli; THÉRY, Hervé; HATO, Julio. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Espaço e Economia**, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, V. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Dialogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 146, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina B.; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: ditadura militar e empresários na Amazônia. In: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. 1. ed. Salvador: Saga Editora, 2018, v. 1, p. 309-334.

GUIMARÃES NETO, Regina B. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia. In: MONTENEGRO, Antônio T.; ACIOLI, Vera L. (Org.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. da UFPE, 2011, p. 85-129.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JORNAL DO BRASIL. General Costa Cavalcanti inicia sua gestão no Ministério do Interior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 253, 1 fev. 1969.

JORNAL DO BRASIL. Congresso vai examinar o decreto que cria o INCRA e extingue outros órgãos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 84, 14 jul. 1970.

JORNAL DO BRASIL. A transamazônica e a juventude. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 122, 27 ago. 1970.

JORNAL DO BRASIL. Barra do Corda, Maranhão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 149, 27-28 set. 1970.

JORNAL DO BRASIL. Fazenda formada com incentivos fiscais, na área da SUDAM, mantém 1.200 empregados em regime de trabalho escravo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, fev. 1971.

JORNAL DO BRASIL. Há 4 anos, aproximadamente, o Ministério do Trabalho tomou várias providências para apurar as denúncias contra a existência de trabalho escravo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1972.

JORNAL DO BRASIL. Pode não ser muito extensa a incidência do chamado trabalho escravo no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 04, 13 abr. 1972.

JORNAL DO BRASIL. O Departamento de Polícia Federal do Amazonas constatou que, a 30 km desta capital (Cuiabá). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 maio 1972.

JORNAL DO BRASIL. Vivendo sob regime de escravidão, cerca de 700 trabalhadores foram localizados e resgatados ontem pela Polícia Federal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1975.

MARTINS, José de Souza. A militarização autoritária e a questão agrária no Brasil. **Petrópolis: Vozes**, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDICI, Garrastazu. **O povo não está só**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

MEDICI, Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). **A Amazônia Brasileira em Foco**, n. 5, Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, jan./jun. 1971, p. 15-16.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZART, Leocádio José. **A colonização da terra no Mato Grosso: o caso do Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Lucas do Rio Verde (1973-1985)**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.